

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

MARIA EDUARDA CANTANHEDE DE SOUSA

A COPA DO MUNDO DE 1978: O uso do torneio como ferramenta de propaganda pela Ditadura Militar Argentina (1976-1983) e sua cobertura no Correio Braziliense e no Jornal do Brasil

São Luís

2025

MARIA EDUARDA CANTANHEDE DE SOUSA

A COPA DO MUNDO DE 1978: O uso do torneio como ferramenta de propaganda pela Ditadura Militar Argentina (1976-1983) e sua cobertura no Correio Braziliense e no Jornal do Brasil

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador(a): Prof. Lidiane Elizabete Friderichs

São Luís

2025

Sousa, Maria Eduarda Cantanhede de.

A Copa do Mundo de 1978 : o uso do torneio como ferramenta de propaganda pela Ditadura Militar Argentina (1976-1983) e sua cobertura no Correio Braziliense e no Jornal do Brasil / Maria Eduarda Cantanhede de Sousa. – São Luís, 2025.

--- 90.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

1. Ditadura argentina. 2. Copa do Mundo - 1978. 3. Propaganda política. 4. Futebol. I. Título.

CDU 32.019.5:796.332(82)“1978”

Elaborada por Lausa Barros - CRB 13/657

MARIA EDUARDA CANTANHEDE DE SOUSA

A COPA DO MUNDO DE 1978: o uso do torneio como ferramenta de propaganda pela Ditadura Militar Argentina (1976-1983) e sua cobertura no Correio Braziliense e no Jornal do Brasil

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovado em: 15/12/2025

Documento assinado digitalmente
 MARIA EDUARDA CANTANHEDE DE SOUSA
Data: 05/01/2026 10:01:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura da graduanda

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS
Data: 18/12/2025 13:03:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Lidiane Elizabete Friderichs (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Documento assinado digitalmente
 CAIO LUCAS MORAIS PINHEIRO
Data: 18/12/2025 15:23:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Caio Lucas Moraes Pinheiro
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Documento assinado digitalmente
 CARINE DALMAS
Data: 18/12/2025 11:34:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Carine Dalmás (UEMA)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A todos que tiveram suas vozes caladas,
suas vidas ceifadas e seus sonhos
sufocados pela tortura; aos filhos que não
puderam ter seus pais em seus dias mais
importantes; e às famílias mergulhadas
no vazio das respostas que nunca vieram.
Jamais esquecidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, as pessoas que foram o trampolim dos meus sonhos, que retiraram os espinhos do meu caminho e me ensinaram o que é o amor e o significado de ter um lar: meus pais. Obrigada por construírem a fundação que permitiu meus pés chegarem em lugares mais altos. Não existe sorte, benção e orgulho maior que ser filha de vocês.

Ao meu parceiro de vida, Yeiner, que todos os dias é meu suporte, a minha paz e a melhor parte do meu dia. Obrigada por existir nesse mundo, sendo um fiel retrato do que é o amor.

Aos meus presentes, Steffany e Larissa, que são apoio, sorrisos e bondade na minha vida. Sou a maior fã dos sonhos de cada uma. Não existiria esse trabalho sem vocês, que estão para sempre marcadas no meu coração.

As minhas grandes amigas, Tarsila e Viviane, que me conhecem mais que ninguém. Obrigada por sempre me escutarem e por serem a representação do que é ser especial, em qualquer versão minha ou de vocês.

A minha irmã, Anna, que é a minha grande certeza de que o incrível existe. Contigo eu aprendi o que é amizade e o que é ser família, independente de laços sanguíneos.

A minha escola, O Bom Pastor, que possibilitou os momentos mais felizes da minha vida. Lá, eu fui criança, adolescente, e em todos esses momentos, fui feliz e impulsionada a ser maior e melhor.

A minha orientadora, Lidiane, a pessoa mais importante da minha trajetória acadêmica. Obrigada por acreditar quando só tinha dúvidas dentro de mim, e sobretudo, obrigada por ser gentil em tudo e a melhor sempre.

Ao curso de História, que me fez uma pessoa melhor, mais compreensível e empática, sendo a maior revolução política, social e cultural que eu já vivi.

Por fim, agradeço à Maria Eduarda criança, que sonhou e realizou.

RESUMO

Este trabalho investiga o uso da Copa do Mundo de 1978 como instrumento de propaganda pela Ditadura Militar Argentina (1976–1983). Busca-se compreender de que maneira o governo militar se apropriou do torneio de futebol – evento midiático capaz de mobilizar sentimentos como paixão e nacionalismo – para construir uma imagem de estabilidade e legitimação, dentro e fora do país. O objetivo principal foi analisar a relação entre esporte, mídia e política a partir desse evento. A pesquisa adota uma metodologia predominantemente qualitativa, embora recorra ocasionalmente a dados quantitativos para reforçar percepções apresentadas. As fontes privilegiadas serão jornais brasileiros da época, que trouxeram diferentes abordagens sobre os eventos do Mundial de 1978, em diálogo com a bibliografia sobre o tema. Os resultados indicam que o governo militar mobilizou intensamente a Copa de 1978 como vitrine internacional, articulando narrativas nacionalistas e meios propagandísticos de seus feitos, que buscavam ocultar as graves violações de direitos humanos executadas pelo Estado. Esse movimento evidencia a apropriação política do esporte em contextos autoritários.

Palavras-chave: Ditadura argentina; Copa do Mundo de 1978; Propaganda política; Futebol.

ABSTRACT

This paper investigates the use of the 1978 World Cup as a propaganda tool by the Argentine Military Dictatorship (1976–1983). It seeks to understand how the military government appropriated the football tournament—a media event capable of mobilizing feelings such as passion and nationalism—to construct an image of stability and legitimacy, both within and outside the country. The main objective was to analyze the relationship between sport, politics, and propaganda based on this event. The research adopts a predominantly qualitative methodology, although it occasionally uses quantitative data to reinforce the presented perceptions. The privileged sources will be Brazilian newspapers of the time, which presented different approaches to the events of the 1978 World Cup, in dialogue with the bibliography on the subject. The results indicate that the military government intensely mobilized the 1978 World Cup as an international showcase, articulating nationalist narratives and propaganda means of its achievements, which sought to conceal the serious human rights violations committed by the state. This movement highlights the political appropriation of sport in authoritarian contexts.

Keywords: Argentine dictatorship; 1978 World Cup; Political propaganda; Football.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CARTÃO VERMELHO À LIBERDADE: A ditadura militar argentina.....	12
2.1. Antecedentes históricos.....	12
2.2. O golpe de 1976 e a instauração da Junta Militar.....	14
2.3. A lógica do regime autoritário.....	21
2.4. Integração repressiva: Doutrina de Segurança Nacional e o Plano Condor.....	25
3. NO CAMPO DO PODER: Futebol como instrumento político.....	31
3.1. Futebol e autoritarismo.....	33
3.2. Das Copas do Mundo ao Mundial de 1978	35
4. O JOGO DAS NARRATIVAS: O Mundial de 1978 e a cobertura jornalística brasileira.....	40
4.1. A trajetória histórica do Correio Braziliense e do Jornal do Brasil.....	43
4.2. A preparação para a Copa do Mundo de 1978.....	45
4.3. Propaganda e economia: A Junta Militar e a organização da Copa como estratégia política.....	52
4.4. Violência e controle da informação: O torneio sob o silêncio da repressão.....	58
4.5. Copa, Direitos humanos e protestos: Os militares diante do olhar internacional...	63
4.6. O Mundial sob suspeita: O confronto com o Peru e as marcas na memória.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
6. REFERÊNCIAS.....	80

1. INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1960 a 1980, em meio ao contexto da Guerra Fria, grande parte dos países da América do Sul viviam regimes ditatoriais. A Argentina integrou essa realidade de censura, autoritarismo e repressão, passando por diversos golpes militares ao longo do século XX.

As ditaduras foram estabelecidas com base num diagnóstico comum, segundo o qual havia um ciclo de radicalização que nos conduzia inexoravelmente ao comunismo, sendo vital rompê-lo. Primeiro, abruptamente, por meios repressivos; depois, num esforço de longo prazo, era preciso exorcizá-lo por meio de transformações estruturais em todas as esferas da vida social, para que não pudesse se reproduzir e, assim, reconstruir um tecido que se acreditava irremediavelmente corrompido. (Ramírez, 2015, p. 132).

Em 24 de março de 1976, uma Junta Militar composta por três comandantes assumiu o controle do país. Segundo Fernandes (2023), muitos argentinos apoiaram os militares porque os viam como restauradores da ordem, da moral cristã, da tradição nacional e da dignidade argentina. Inicia-se, portanto, um projeto político autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, que caçava qualquer tipo de opositor ao governo e suas regras, visando como objetivo principal acabar com a subversão, a desordem e a corrupção.

O presente estudo busca compreender de que forma a ditadura militar argentina instrumentalizou a Copa do Mundo de 1978. Realizado na Argentina, o torneio não deve ser reduzido a um simples evento esportivo e de entretenimento, pois, inserido em um contexto de perseguição e violência ditatorial, foi apropriado como mecanismo de legitimação do governo de Jorge Rafael Videla perante a população e a comunidade internacional. Neste cenário, a Copa do Mundo de 1978 foi utilizado para projetar uma imagem de normalidade e sucesso, na tentativa de ocultar sepulturas, prisões e infrações dos direitos humanos que ocorriam na época. A ditadura em sua condução do Mundial, violava e interferia duplamente na ideia de justiça: na questão esportiva, a partir da denúncia de manipulação de jogos e resultados; e na questão social, ao criar um Estatuto que estaria acima da Constituição do país, atribuindo poder aos militares e cerceando os direitos e liberdades civis.

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre a utilização da Copa do Mundo de 1978 como instrumento de propaganda e manipulação da imagem pública fundamenta-se na relevância histórica e sociopolítica do evento. A investigação também se justifica pela pertinência de analisar a intersecção entre esporte e política, tomando como referência o torneio esportivo ocorrido em 1978.

Segundo Franco Júnior (2009), durante muito tempo o futebol foi tratado como tema restrito ao jornalismo, cuja abordagem e interesses diferem dos da História. Com a influência da Escola dos Annales e, posteriormente, da Nova História Cultural, novos temas ganharam mais espaço na produção historiográfica, como o lazer, a cultura popular, o corpo e o esporte. Nesse contexto, o futebol consolidou-se como objeto de análise para os historiadores em diferentes contextos geográficos, relevando aspectos de memória, midiáticos, econômicos, políticos e sociais, para além de seu caráter de entretenimento.

O aumento das publicações sobre futebol é enorme em todo o mundo: uma avalanche de livros nos últimos 10 anos, fenômeno que se torna quase meteorológico, com tom de chuva torrencial, toda vez que uma Copa do Mundo se aproxima. (Alabarces, 2023, p. 13, tradução nossa).

O futebol tornou-se parte indissociável do imaginário e do cotidiano da sociedade argentina, estando presente nas televisões domésticas, nas rotineiras idas aos estádios, sendo perceptível nas ruas, por meio das camisas dos times. A paixão transmitida de geração em geração, o amor coletivo que mobiliza bairros e cidades inteiras, são esses sentimentos poderosos que transformam o futebol em um lugar de pertencimento. Essa dimensão afetiva é o que torna esse esporte um espaço simbólico, de forte identidade e, por isso, tão defendido pelos seus praticantes e torcedores.

A prática do futebol é antiga e remonta a diferentes lugares e períodos históricos, nos quais o jogo era utilizado para finalidades diversas e seguia regras próprias. Na China, o futebol integrava um ritual chamado *TsüTsü*, no qual guerreiros vitoriosos chutavam a cabeça dos chefes inimigos derrotados. No Japão, a prática com a bola nos pés era conhecida como *Kemari*, cujo objetivo era mantê-la no ar, exigindo cooperação entre os participantes. Já o jogo mesoamericano *Tlachtli* simbolizava o embate entre luz e escuridão, e suas regras permitiam o uso da violência, podendo resultar até em mortes. Na Grécia e em Roma, os jogos *Epyskiros* e o *Harpastum* consistiam em conduzir a bola para o lado adversário e eram reservados às camadas aristocráticas. Na Itália, a prática do *Calcio* também era restrita às classes mais altas.

A profissionalização do futebol consolidou-se com a criação da Football Association, em 1863, na Inglaterra, estabelecendo regras ainda vigentes. Com a expansão do capitalismo, introduziu-se a lógica do mercado: jogadores passaram a ser remunerados, clubes buscaram patrocínios e campeonatos precisaram gerar receita, afastando-se do caráter amador anterior.

Os estudos sobre os mecanismos de poder dos regimes ditatoriais, em sua maioria, são embasados em órgãos oficiais, em aspectos econômicos ou discursos ideológicos. Na

Copa de 1978, todos esses elementos estão presentes, e, portanto, reduzi-la apenas a um aspecto cultural e de entretenimento seria desconsiderar as suas dimensões significativas que são essenciais para compreender o regime, suas estratégias e atuações. A escolha do futebol como veículo de autopromoção advém do sentimento de identidade que esse carrega, além do senso de pertencimento e nacionalismo no que se refere as seleções. Na vivência do futebol, portanto, integram-se diferentes pessoas, com diversas perspectivas e condições sociais, econômicas e de comportamento, unidas em torno de um time, em um ato de devoção.

O objetivo central deste trabalho é investigar como o Jornal do Brasil e o Correio Braziliense cobriram a Copa de 1978. Essa análise oferece uma oportunidade de perceber as narrativas construídas em torno desse evento político e quais foram as implicações dessa cobertura, as dinâmicas de poder e as tentativas de controle social.

O papel da Imprensa como definidor da situação e mediador da espetacularização dos eventos esportivos durante os torneios vem sendo cada vez mais estudado pelos pesquisadores das áreas humanas e é fundamental para compreendermos como competições esportivas entre Nações, principalmente os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo tornaram-se espetáculos indiscutivelmente globalizados e universais. (Cabo, 2016, p. 146).

A escolha dos jornais brasileiros fundamenta-se no interesse em realizar um estudo comparativo entre dois veículos de ampla circulação nacional, relevantes na formação da opinião pública. Ambos se enquadram no que Capelato (2015, p. 118) define como grande imprensa, por apresentarem “uma atuação de longa duração, pela amplitude de circulação e pela participação relevante em vários âmbitos da sociedade, inclusive na política”. Localizados em cidades de grande influência, o Correio Braziliense encontrava-se na capital federal, centro político do país, enquanto o Jornal do Brasil situava-se no Rio de Janeiro, importante polo cultural.

A presente investigação não busca classificá-los como estritamente críticos ou conservadores, pois, ao analisar suas trajetórias históricas, observa-se que ambos apresentam oscilações editoriais. Essas variações se manifestam conforme as conjunturas políticas e as direções dos jornais de cada período. A heterogeneidade dos periódicos permite identificar quais narrativas e enquadramentos foram privilegiados diante de um mesmo acontecimento histórico – neste caso, o Mundial de 1978. Esse comparativo possibilita perceber ausências e ênfases, evidenciando quais mensagens e intenções a imprensa busca transmitir ao público, contribuindo, assim, para legitimar ou tensionar determinados projetos políticos.

A análise será conduzida a partir do diálogo entre a bibliografia especializada e as notícias veiculadas pelos periódicos. As edições estão disponíveis, de forma gratuita, na Hemeroteca Digital, plataforma online da Biblioteca Nacional. O estudo concentra-se, sobretudo, nas edições de 1976 e 1977 – período que antecede o torneio – e nas de 1978, ano em que o Mundial efetivamente ocorreu.

Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um panorama histórico da ditadura militar argentina, retomando seus antecedentes, a lógica de funcionamento do regime autoritário e os principais aspectos político-sociais que caracterizaram o período. O segundo capítulo discute o futebol como instrumento político, analisando de que forma o esporte foi mobilizado por diferentes regimes e eventos internacionais, incluindo outras Copas do Mundo, para a construção de narrativas nacionalistas e de legitimação do poder, com especial atenção às aproximações entre futebol e autoritarismo.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à análise das representações da Copa do Mundo de 1978 nos jornais *Correio Braziliense* e *Jornal do Brasil*, observando suas trajetórias editoriais e examinando como esses periódicos abordaram elementos como propaganda política, economia, organização do evento, violência estatal, controle das informações, denúncias de violações de direitos humanos e os episódios polêmicos da competição, a exemplo da partida entre Peru e Argentina.

2. CARTÃO VERMELHO À LIBERDADE: A DITADURA MILITAR ARGENTINA

2.1. Antecedentes históricos

Ao longo do século XX, a Argentina enfrentou diversos momentos de crise social e fragilização de suas instituições políticas. Esse cenário favoreceu uma recorrente instabilidade democrática, resultando em sucessivos golpes de Estado. Em 6 de setembro de 1930 ocorreu o primeiro desses golpes na República Argentina, que depôs o governo de Hipólito Yrigoyen (1922-1930) e deu início ao período conhecido como “Década Infame”.

O segundo golpe ocorreu em 4 de junho de 1943, conhecido como Revolução Nacional ou Revolução dos Coronéis, que depôs Ramón Castillo (1942-1943) e levou o Grupo de Oficiais Unidos (GOU) ao poder. Nesse contexto, o militar Juan Domingo Perón ganhou destaque político, construindo uma base de apoio composta, sobretudo, por trabalhadores urbanos e sindicatos. Sua crescente popularidade o conduziu à presidência alguns anos depois. A atuação de Perón possibilitou a criação do peronismo, um dos movimentos políticos mais importantes e duradouros da história argentina.

Para definir o que entendemos por Peronismo, conceito que engloba regime, movimento, partido e ideologia, é importante ressaltar que o Peronismo surgiu como um movimento, formou um partido político, consolidou-se como regime entre 1946 e 1955 e operou segundo uma ideologia. Tudo isso girava em torno de uma única figura: Juan Domingo Perón. (Malet, 2007, p. 214, tradução nossa).

Em 1952, Perón iniciou seu segundo mandato, mas perdeu o apoio do Exército, que articulou um golpe contra ele. Em 16 de junho de 1955, um atentado à Casa Rosada, durante manifestação popular, resultou na morte de cerca de 300 civis. Como resultado, Perón exilou-se na Espanha e os militares assumiram o poder, iniciando a Revolução Libertadora.

Já em 1962, diante de intensa mobilização social, especialmente de trabalhadores, os militares exigiram a renúncia de Arturo Frondizi (1950-1962). Diante da recusa, ele foi preso e enviado à ilha de Martín García. O poder passou a José María Guido, civil, mas controlado pelos militares. Avançando temporalmente, em 1966, a chamada Revolução Argentina, liderada por Juan Carlos Onganía, Roberto Marcelo Levingston e Alejandro Agustín Lanusse, depôs Arturo Illia (1963-1966), instaurando um regime permanente, diferente dos golpes anteriores, sem promessa de futura redemocratização.

Em 1976 ocorre o último golpe militar na Argentina. Seu planejamento tem início a partir da crise do governo de María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita Perón, a primeira mulher a ocupar a presidência em um país latino-americano. Em 1973, Isabelita concorreu como vice ao lado de seu marido, Juan Domingo Perón. Após a vitória, ela assumiu a administração do país em diversos momentos devido ao delicado estado de saúde do presidente. Com a morte de Perón, passou a ocupar definitivamente o cargo em 1º de julho de 1974, herdando um cenário de dificuldades econômicas – marcado pelo aumento da inflação e da dívida externa – e de crescente insatisfação social, expressa em greves e mobilizações trabalhistas.

O começo de 1976 foi caótico devido a tremenda violência política utilizada pelas forças militares e paramilitares para combater os grupos de oposição guerrilheira de esquerda, a crise institucional aberta após a morte do presidente Perón e a degradação econômica que, entre outras coisas, provocou uma taxa de inflação anual de 566,3%. Em março desse ano a inflação alcançou um máximo histórico: 56%, acompanhada por um assassinato político a cada cinco horas e a explosão de uma bomba a cada três horas. (Archetti, 2004, p. 178, tradução nossa).

Como forma de controlar os movimentos de contestação social, Isabelita recorreu a um aparato repressivo articulado pelo então ministro do Bem-Estar Social, José López Rega – conhecido como *el brujo* em referência ao bruxo russo Rasputin – que tinha grande influência sobre o governo. Em 1973, foi criada a Aliança Argentina Anticomunista (Triple A), grupo composto por oficiais da polícia e do Exército, tanto da ativa quanto da reserva, o que lhe garantia impunidade e eficácia. A Triple A, fundado ainda no governo de Perón e vinculada à ala de extrema direita do peronismo, atuava com bastante violência, perseguindo e eliminando opositores políticos.

Essas organizações realizaram mais de 400 assassinatos e sequestros em todo o país, incluindo figuras políticas e culturais, advogados de presos políticos, jornalistas, líderes juvenis, proeminentes ativistas sindicais e trabalhistas e militantes de organizações revolucionárias, um número que alguns autores estimam em até 900. Entre julho e agosto de 1974, um assassinato cometido por membros da AAA foi registrado a cada 19 horas. A prática de fazer pessoas desaparecerem havia começado. (Servetto, 2008, p. 445-446).

Segundo Ribeiro (2009), a guerrilha servia como justificativa para a atuação da Triple A, mas o real objetivo era atender aos interesses da ala conservadora, criando conflitos para eliminar a oposição. O objetivo da Aliança era combater o comunismo, percebido como ameaça à ordem social e governamental, tanto no governo de María Estela quanto no imaginário militar.

Dessa forma, é possível identificar no governo de Isabelita características que se mantiveram após o golpe militar de 1976, como o terrorismo de Estado e a violência. As ações da Triple A eram apoiadas pelos militares, que aproveitaram os aparatos repressivos existentes e as mantiveram durante sua gestão. De acordo com Ribeiro (2009), a diferença entre a atuação dos ultradireitistas que lideravam a Aliança e o projeto dos militares estava no fato de que estes últimos buscaram conferir legitimidade institucional à repressão, moldando-a segundo seus próprios interesses e estruturas de poder.

2.2. O golpe de 1976 e a instauração da Junta Militar

O início do ano de 1976 na Argentina foi marcado por crise institucional, estagnação econômica e crescimento acelerado da violência política. Para os militares, Perón e seus seguidores haviam conduzindo o país a um ciclo vicioso de crises, o que gerou desconfiança quanto à capacidade de María Estela Perón de reverter o cenário, intensificando a pressão por sua saída. O cenário caótico do país favoreceu o avanço das Forças Armadas, que, em 24 de março de 1976, puseram fim ao governo de Isabelita Perón, ocupando os edifícios do Governo e do Congresso Nacional.

O mesmo aconteceu nas estações de rádio e televisão de Buenos Aires e nas principais cidades do interior. Durante a noite, as tropas haviam cercado numerosas instalações industriais e ocupado as sedes dos principais sindicatos. Nas horas seguintes, por intermédio dos meios de comunicação de massa, comunicou-se ao país que uma Junta de comandantes das três armas havia decidido pôr fim ao agonizante exercício das autoridades civis e assumia o poder em nome do autodeterminado Processo de Reorganização Nacional. (Novaro; Palermo, 2007, p. 26).

Os chefes golpistas apresentaram à população suas metas por meio da divulgação da “Ata de objetivos”, na qual se destacavam: a reorganização das instituições, a defesa da segurança nacional, o restabelecimento da ordem, a erradicação da subversão e a manutenção dos valores da moral cristã e da tradição nacional. Como primeiro presidente do governo militar foi escolhido Jorge Rafael Videla, comandante-geral do Exército argentino.

A personalidade pública de Videla emerge como a de um homem de costumes austeros, simples, devoto cristão e humilde pai de família (...). Rosto visível da Junta Militar, justificou sua ação pela defesa dos valores ocidentais e cristãos contra o comunismo. (Piovano, 2015, p. 26).

Os ideais defendidos por Videla revelam sua sintonia com o projeto que motivou o golpe de 1976 e a consequente formação da Junta Militar. O poder passou a ser exercido coletivamente por três comandantes: Videla (Exército), o almirante Emilio Eduardo

Massera (Marinha) e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti (Força Aérea). A proposta de uma Junta em que as decisões fossem compartilhadas entre os três ramos das Forças Armadas buscava evitar a concentração de poder e disputas sucessórias, constituindo-se como uma tentativa de aprender com as anteriores experiências ditatoriais fracassadas.

Já nas primeiras horas após o golpe, prisões e desaparecimentos passaram a ocorrer em todo o país. De acordo com Novaro e Palermo (2007), os primeiros alvos foram os “inimigos ativos”, isto é, pessoas vinculadas a María Estela e ao peronismo, como a própria presidente deposta, seus ministros, políticos aliados, militantes de esquerda, jornalistas e intelectuais considerados “suspeitos”. Muitos foram detidos dentro de suas casas ou em seus locais de trabalho. Além desses, também foram perseguidos e detidos os chamados “inimigos em potencial”, ainda que não representassem ameaça imediata ao sucesso do golpe. Esse grupo incluía partidários, funcionários públicos e dirigentes sindicais. Diversas dessas pessoas foram sequestradas e mantidas presas por anos, sob acusações de corrupção e de atentarem contra os interesses da nação, além de terem seus bens confiscados pelo Estado.

Suas casas eram saqueadas e seus automóveis e propriedades passavam às mãos dos membros da “patota” ou de seus chefes. Essas práticas estavam tão sintetizadas como as torturas e os assassinatos; todos os objetos de valor que pudessem ser encontrados na casa da vítima eram carregados em caminhões (...), e transportados para depósitos anexos aos centros clandestinos, de onde se distribuía ou vendia o botim. Também se estabeleceu um mecanismo para falsificar títulos de propriedade. (Novaro; Palermo, 2007, p. 146-147).

Essas prisões imediatas tiveram o objetivo de deixar claro à sociedade qual seria o projeto da Junta Militar: a implementação de um plano de caráter refundador, que não se limitava a destituir o governo anterior, mas pretendia reformular profundamente a vida social, especialmente as práticas que classificavam como subversivas e desordeiras. Essa característica reformuladora, inclusive, distingue o golpe de 1976 dos anteriores ocorridos na Argentina.

Em relação a resistência e apoio, o momento mostrou-se favorável aos militares. Ao assumirem o poder, a Junta Militar não enfrentou grande oposição, pois setores políticos e sindicais que podiam atuar como foco de resistência viviam um período de desânimo e desmobilização, além de carecerem de um plano efetivo de ação. Quanto ao apoio, a articulação do golpe e a sustentação dos primeiros anos de governo não foram exclusivamente militares: houve também a participação de civis como base de legitimação do novo regime.

O golpe de Estado de 24 de março de 1976, visto de uma perspectiva histórica, não foi um delírio arquitetado pelos militares em condições de isolamento do conjunto mais geral da sociedade argentina, seja no âmbito da sociedade civil como na condição e posição de classe social de determinados indivíduos. Tratava-se do ápice de um processo histórico mais amplo que contou com a organização dos setores mais conservadores. (Ribeiro, 2009, p. 10).

De acordo com Ramírez (2012), a ditadura argentina se sustentou sobre um tripé clássico do capitalismo ocidental: a aliança entre a espada (os militares), a cruz (a alta hierarquia eclesiástica) e o dinheiro (o setor empresarial). Somado a isso, destaca-se também o papel dos meios de comunicação como apoio ideológico. Esses grupos sociais, articulados entre si, compartilhavam um projeto conservador e alinhado à luta anticomunista.

A Igreja Católica desempenhou um papel significativo para a instauração do regime autoritário, sobretudo porque a Argentina possui uma tradição profundamente católica, o que confere à instituição grande capacidade de influência social e simbólica. Segundo dados de *The Global Economy* (2013), entre 1960 e 2013, cerca de 91,2% da população argentina se declarava católica, alcançando 92,7% em 1960. Esse contexto reforça a participação e peso político da Igreja na cultura e sociabilidade do país. Esse apoio era ainda mais explícito por parte dos setores da alta hierarquia católica. Como explica Padrós (2015),

Neste contexto, um papel chave foi o das vicárias militares que, desde o final dos anos 50, vinham absorvendo as diretrizes securitistas, sintetizando-as com as do integrismo católico. Aparentado com esta última tradição, estava o nacional-catolicismo (enraizado no pensamento de Charles Maurras) defendendo a penetração da religião nas instâncias estatais e seu reconhecimento como religião oficial do Estado. Nesta visão, religião e pátria deviam confluir como um grande projeto de nação (Padrós, 2015, p. 89).

A aliança entre Igreja e Estado permitia à Junta Militar dar justificativa moral às suas ações violentas, usando a fé como instrumento político. A repressão era apresentada não como violência de Estado, mas como missão para combater o comunismo, proteger a família católica e preservar a ordem social.

A parceria buscava vincular os valores do governo ditatorial aos “valores divinos”, beneficiando ambos: os militares ganhavam respaldo moral para eliminar os “inimigos” e a Igreja podia neutralizar setores progressistas. Monsenhor Victorio Bonamín, conselheiro espiritual de Videla, exemplificava essa visão: “[...] quando há derramamento de sangue, há redenção; Deus está redimindo, através do Exército argentino, a nação argentina” (Bonamín, 1975, apud Padrós, 2015, p. 88-89).

A parte da Igreja que não apoiou os militares passou a sofrer perseguições ainda durante a atuação da Triple A. Esses religiosos eram vistos como inimigos internos, enquanto a cúpula eclesiástica se omitia ou era conivente, negando ou alegando desconhecer as violações de direitos humanos. Como afirmou Adolfo Servando Tortolo em 1976: “Não é do meu conhecimento, não tenho prova contundente de que os direitos humanos sejam violados em nosso país. Ouço, escuto rumores, mas não me consta nada” (Tortolo, 1976, *apud* Padrós, 2015, p. 91). Diversos membros chegaram inclusive a oferecer suporte moral e espiritual aos agentes da repressão.

Essa aproximação entre Igreja e Estado torna-se ainda mais evidente quando observada a figura do próprio presidente. Segundo Reato (2012), Videla era amplamente reconhecido por sua intensa religiosidade: participava regularmente das missas dominicais e rezava diariamente o rosário às 19 horas. Tal comportamento não se limitava ao âmbito privado, mas transparecia em suas declarações públicas. Essa dimensão pode ser observada, por exemplo, em seu discurso de abertura da Copa do Mundo de 1978, no qual “pediu (...) a Deus que o Mundial de futebol seja realmente, uma contribuição para afirmar a paz”. (Correio Braziliense, 2/6/1978, p. 24).

Nesse discurso, Videla declara esperar que o evento contribuísse para afirmar a paz. Entretanto, essa “paz” não estava associada à religiosidade ou à conciliação, mas correspondia a uma paz controlada (Silva, 2010), sustentada por ele e suas ações de violência e vigilância. A forte fé declarada pelo ditador poderia sugerir que suas ações fossem conduzidas pelos princípios cristãos de solidariedade, perdão e defesa da vida. Contudo, o que se observava era a indiferença diante de inúmeras denúncias de torturas, desaparecimentos e execuções que ocorreram sob seu governo.

Videla mentia sempre o mesmo refrão, mesmo para os velhos conhecidos que, por meio de contatos, conseguiam chegar até ele para pedir por um desaparecido: que havia grupos fora de controle, que ele não governava sozinho, que faria tudo o que fosse possível, mas que era muito difícil etc. Há referências sobre as reações de perplexidade, em velhos conhecidos ou companheiros de armas, frente a essa parede de metal que devolvia todos os pedidos de ajuda. (Novaro; Palermo, 2007, p. 26).

Segundo Piovano (2015), apesar da frieza demonstrada pelo presidente, inclusive diante do terrorismo estatal em sua cidade e da perseguição a religiosos, muitas pessoas acreditavam que ele era uma boa pessoa devido aos seus vínculos religiosos. Dessa forma, evidencia-se que a religiosidade de Videla funcionou não apenas como instrumento de

legitimação de ações, mas também como uma máscara que suavizava a percepção da crueldade e da violência sistemática exercidas durante aquele período.

O poder do discurso católico era enorme e, em todas as ditaduras, serviu para lhes dar credibilidade ética como defensores das tradições nacionais, em oposição a grupos com ideologias estrangeiras, ateus e detratores dos bons costumes. Afinal, como alguém poderia duvidar de presidentes que comungavam regularmente? (Ramírez, 2015, p. 151, tradução nossa).

Parte da população urbana, especialmente setores das classes médias e altas, aderiu ao discurso dos militares e atuou ativamente ao lado deles. Dentro desse grupo destacava-se o empresariado, composto por proprietários, gestores e diretores de grandes companhias. Sua atuação possuía forte dimensão política, econômica e ideológica, afinada com as diretrizes defendidas pelos militares.

No período que antecedeu o golpe, entre 1969 e 1976, a Argentina vivenciou intensa mobilização da classe trabalhadora, expressa em greves, protestos e levantes urbanos. Entre os episódios mais emblemáticos estão o *Rosariazo* (1969, em Rosário), o *Cordobazo* (1969, em Córdoba) e *Viborazo* (1971, também em Córdoba). Esses movimentos contestaram tanto a ditadura militar vigente, liderada pelo general Juan Carlos Onganía (1966-1970), quanto as medidas econômicas adotadas por ele.

A volta de Juan Domingo Perón ao poder, em 1973, provocou uma redução temporária dessas manifestações, pois acreditava-se que seu retorno poderia reestabelecer certa estabilidade e melhorias. Contudo, a mobilização se intensificou novamente durante o governo de Isabelita Perón, sobretudo após a adoção do plano de ajuste econômico de junho de 1974, o chamado *Rodrigazo*, em referência ao ministro da Economia Celestino Rodrigo. O plano implicou no aumento de tarifas e no congelamento de salários, acentuando o descontentamento popular com o governo.

As tensões do período alarmaram empresários e militares, que identificaram nos trabalhadores organizados um adversário comum, visto como uma ameaça à ordem. Em resposta, começou a se articular um golpe para disciplinar a classe operária e desarticular movimentos considerados subversivos. No início de 1976, a APEGE (*Alianza Permanente de Entidades Gremiales Empresarias*) – coalizão do grande capital rural, industrial e financeiro – organizou um *lockout* para pressionar as Forças Armadas a assumir o controle político.

Existe apenas um caminho para que o empresariado suspenda seu plano de medidas de força, e esse caminho é a retificação total da filosofia política,

econômica e social que levou nossa Argentina à beira do caos” (Asociación Permanente de Entidades Gremiales Empresarias, 1976, p. 1, *tradução nossa*, apud Wermus, 2016, p. 237).

No início do governo da Junta Militar, instaurou-se, conforme Wermus (2016), uma administração cuja base de sustentação era a aliança empresarial-militar, consolidando seu projeto político. A participação do empresariado na repressão ocorreu de maneira indireta, por meio da denúncia de funcionários considerados “perigosos” e da permissão para a instalação de centros de detenção e tortura dentro das fábricas.

Na Argentina, o empresariado não participou diretamente do terrorismo de Estado, apenas colaborou, especialmente na delação e fez vistas grossas em relação ao que acontecia, mas não devemos interpretar isso como uma negativa, talvez só indique que não chegou a ser necessária sua participação num nível direto. De todos os modos e apesar da brutalidade, ações desse tipo não eram o objetivo principal dessas instituições, sua ênfase esteve em elaborar muitas das medidas dotadas pelos governos autoritários na esfera econômica. (Ramírez, 2012, p. 73).

Para o Ministério da Economia, os militares escolheram José Alfredo Martínez de Hoz, figura de destaque no meio empresarial e líder do *Consejo Empresarial Argentino* (CEA). Fundado em 1969, esse Conselho reunia proprietários e administradores de grupos empresariais em ascensão. A partir de um conjunto de medidas de orientação neoliberal – como a abertura ao capital estrangeiro, a liberalização do mercado e a repressão a sindicatos e mobilizações trabalhistas – o ministro atendeu aos interesses das grandes corporações, que influenciavam os projetos econômicos. Esse processo reforçou os privilégios das elites, que também ocupavam posições-chave dentro dos aparelhos estatais. Assim, o bem-estar financeiro de determinados setores foi colocado acima de princípios éticos, contribuindo para a tolerância e adesão ao regime militar.

Os meios de comunicação também contribuíram na ascensão do governo ditatorial. Na década de 1970, em um contexto de intensa politização, os jornais assumiram uma função social que extrapolava a simples transmissão de notícias. Conforme destaca Borrelli (2011), a imprensa atuava como marcadora de discursos políticos, constituindo-se como instrumento de interpretação da vida pública.

Desde o último governo de Perón, os jornalistas enfrentaram constantes intimidações e pressões de diferentes setores sociais – incluindo a extrema direita, grupos de esquerda e o próprio governo peronista – chegando, em alguns casos, a assassinatos e exílios. Esse ambiente repressivo e de vigilância sobre a atividade jornalística persistiu

durante a presidência de Isabelita Perón. Diante da difícil situação institucional e social, controlar e reprimir os meios de comunicação era essencial para deter denúncias e críticas.

A nova líder ordenou o fechamento de jornais, implementou medidas de contenção econômica por meio da retirada de publicidade governamental e da política de importação de papel, entre outras regulamentações claramente restritivas à imprensa. Também surgiram ataques verbais, da presidente a outras autoridades, que caracterizaram as ações da imprensa como "terrorismo jornalístico" e "guerrilha jornalística". (Borrelli, 2011, p. 30).

Como reação, alguns dos principais jornais argentinos passaram a veicular narrativas críticas sobre os problemas e falhas institucionais, contribuindo para o desgaste da imagem do governo. Ao mesmo tempo que promoviam a descredibilização peronista, os veículos elevavam o prestígio das Forças Armadas, sugerindo a intervenção militar como a melhor solução para o país.

A imprensa argentina contribuiu de maneira positiva para a ascensão governamental das Forças Armadas por meio da veiculação de narrativas favoráveis. A cobertura jornalística assumiu uma função ideológica, ao fomentar consenso na sociedade sobre a necessidade da intervenção militar e reforçar o discurso de uma ameaça subversiva. Outrossim, apresentavam os militares como salvadores diante do caos institucional e econômico em que se encontrava o país, ao mesmo tempo que condenavam as ações de movimentos populares de oposição (Borrelli, 2011).

Com a intensificação da repressão, os veículos de comunicação perceberam que sua narrativa de apresentar a intervenção militar como uma necessária ruptura democrática temporária, funcionava mais como massa de manobra do que como parte dos planos dos militares. Logo, é interessante notar que um dos maiores apoiadores do regime militar acabou se tornando um dos seus maiores alvos: as páginas dos jornais passaram a ser censuradas, os jornalistas redigiam matérias sob supervisão e aprovação militar, e qualquer manifestação crítica podia resultar em sequestros, agressões ou mortes. Muitos profissionais foram utilizados pelo governo autoritário, que percebeu a força da imprensa e passou a transformar sua função comunicativa em instrumento de persuasão ideológica. Nesse contexto, chegaram a ser criados escritórios de imprensa clandestina como *La Pecera*, que contribuía na consolidação da propaganda pró-Argentina.

Os repressores tinham percebido o elevado nível intelectual dos prisioneiros e aproveitaram isso. Na parte superior do edifício, em uma sala, os próprios detentos eram obrigados, sempre sob ameaças de morte, a atuar como jornalistas, a criar textos "informativos" favoráveis ao regime, a monitorar as

notícias que os meios estrangeiros publicavam sobre o país e a contestar toda essa propaganda internacional contrária. (Gómez, 2021, p. 9).

Assim, a mídia veiculava propagandas sobre a pátria e sobre todos os “benefícios” que a Junta Militar proporcionava ao povo, além de campanhas anticomunistas que buscavam alertar a população sobre os supostos perigos do comunismo. As mensagens também orientavam os argentinos quanto aos comportamentos considerados adequados e aos bons costumes.

2.3. A lógica do regime autoritário

O Exército argentino sofreu influências de práticas militares de outros países, especialmente da França e dos Estados Unidos, que contribuíram com treinamentos, doutrinas de segurança, técnicas e estratégias militares. Embora incorporasse conceitos estrangeiros, o Exército argentino não se limitava a reproduzi-los de forma literal, pelo contrário, adaptava essas práticas ao contexto nacional.

A influência dos Estados Unidos ocorreu principalmente devido à postura dominante de seu Exército após a Segunda Guerra Mundial e ao engajamento do país na Guerra Fria. Nesse período de disputa ideológica pela hegemonia mundial com a União Soviética, o país passou a investir em campanhas e propagandas anticomunistas, direcionando investimentos políticos e militares para a América Latina.

Os Estados Unidos incrementaram a pentagonização das Forças Armadas locais, com missões especiais de treinamento enviadas à região, ministrando cursos de contrainsurgência em instituições como a Escola das Américas (Panamá) e fornecendo armamento adequado; (...) Portanto, junto com outros projetos – caso da Aliança para o Progresso e sua revolução democrática como contraponto à revolução comunista –, a contrainsurgência foi implementada com o objetivo essencial de evitar a *cubanização* da América Latina. (Padrós, 2015, p. 75).

A chamada “cubanização” refere-se ao temor dos Estados Unidos de que os desdobramentos da Revolução Cubana servissem de referência para outros países da América Latina. O processo cubano consistiu em um movimento armado e guerrilheiro que depôs o ditador Fulgencio Batista em 1º de janeiro de 1959, instaurando o primeiro governo socialista da região. Por meio dessa experiência, buscava-se a libertação não apenas das amarras ditatoriais locais, mas também do controle político e econômico exercido por seu maior parceiro, os Estados Unidos. A atuação estadunidense sobre a ilha resultava em uma realidade marcada por exploração e profundas desigualdades sociais.

A Revolução Cubana passou a ser admirada por diversos países latino-americanos, que viam com bons olhos o movimento de afirmação da soberania, nacionalismo e independência. No entanto, a crescente busca por autodeterminação na América Latina foi interpretada pelos Estados Unidos como uma ameaça à sua hegemonia e poder sobre o continente, e por isso, passou a exercer controle e supervisão sobre a política e as instituições desses países. Nesse contexto, a presença estadunidense tornou-se constante na região, especialmente em nações que viviam sob ditaduras, como a Argentina.

Já as relações entre o Exército argentino e a França datam do governo de Perón, mas se intensificaram entre 1957 e 1962, quando uma missão francesa foi integrada à Escola Superior de Guerra (ESG), principal centro de formação militar da Argentina. Dessa forma, a França tornou-se o principal destino para oficiais argentinos em busca de capacitação teórica, influenciando profundamente a doutrina militar do país. Essa colaboração foi promovida e incentivada pelo subdiretor da ESG, o coronel Carlos Jorge Rosas, que visava modernizar a formação dos oficiais argentinos.

Nas décadas de 1960 e 1970, a doutrina da “Guerra Contrarrevolucionária”, herdada da experiência francesa na Guerra da Argélia (1954-1962), influenciou o Exército argentino. Originalmente voltada ao combate a insurgentes coloniais, essa doutrina foi reinterpretada na Argentina como instrumento para eliminar os chamados subversivos. A luta contra a subversão forneceu aos militares argentinos uma justificativa ideológica e estratégica para a repressão sistemática de opositores internos, apresentando-a como necessária para a conquista e manutenção de um bem maior: a paz e a ordem.

A Guerra Contrarrevolucionária teve um impacto excessivamente violento no Exército, o que desequilibrou psicologicamente uma parte importante dos quadros superiores e criou uma hipersensibilidade e psicose anticomunista extremamente danosa e propensa à impaciência, intolerância, levandade de julgamento, urgência em agir drasticamente, superestimação da capacidade e do perigo do comunismo internacional, ao desacordo permanente com as medidas do governo civil, que são analisadas sob a lupa distorcida e unilateral da ideologia anticomunista. (Mazzei, 2013, p. 135, tradução nossa).

Essa adaptação ao contexto argentino transformou o conceito em uma ferramenta de controle político e social, consolidando o caráter sistemático da repressão por meio da chamada Guerra Suja. Para os militares, tratava-se de uma legítima guerra antirrevolucionária. Entretanto, na prática, a ideia de “guerra” servia para reforçar a existência de uma polarização, na qual os inimigos da pátria deveriam ser combatidos.

Essa política do medo ultrapassou os métodos e enfrentamentos militares tradicionais, ampliando o aparato repressivo por meio de espionagem, tortura, prisões ilegais e desaparecimentos forçados, com objetivo de controlar e silenciar opositores.

Suspendeu-se a atividade política e os direitos dos trabalhadores (...), bem como a suspensão da vigência do estatuto docente destinado a tolher a atividade intelectual. O congresso foi dissolvido e os partidos políticos seguiram no mesmo caminho acompanhados da instituição da censura no Comunicado nº 19 de 24/03/76. As casas noturnas foram proibidas e os homens foram obrigados a cortar o cabelo por decreto presidencial. A Corte Suprema de Justiça foi dissolvida pela junta que previa a reação no campo normativo, em uma ação que foi estendida a censurar os meios de comunicação. (Ribeiro, 2009, p. 138).

O alvo da Guerra Suja incluía militantes de esquerda, jornalistas, artistas, estudantes, trabalhadores e simpatizantes de movimentos sociais, unificados sob uma única categoria: a de subversivos. Essa classificação era suficiente para justificar sua eliminação, criando um clima de silêncio e estimulando a autocensura. Ao eliminar os contestadores, os militares impediam a construção de mártires, heróis e ícones nacionais. O objetivo era desarticular organizações de contestação e consolidar a autoridade da Junta Militar, intimidando a sociedade e propagando o terror de modo a deixar claro que críticas e manifestações contrárias eram inadmissíveis.

Isso resultou no desaparecimento de dez mil membros da esquerda política. Os sequestrados nunca foram reconhecidos publicamente como detidos, uma vez que desapareceram nas centenas de centros de detenção clandestinos (...). Alguns foram levados para o exílio, mas a maioria foi morta e seus corpos descartados. (Visacovsky, 2011, p. 335, tradução nossa).

A opressão e a violência intensas ocorreram sobretudo nos centros clandestinos de detenção, pois nesses lugares os militares não estavam sujeitos à fiscalização civil e suas ações não precisavam de justificativa ou disfarce. Logo, não havia justiça ou piedade dentro desses locais. Segundo Pantoja (2018), havia cerca de 500 centros de tortura na Argentina, responsáveis pelos desaparecimentos de militantes, totalizando aproximadamente 30.000 mortos. A antiga sede da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), em Buenos Aires, foi o maior centro clandestino da última ditadura militar argentina, funcionando como uma espécie de campo de concentração. Outro local muito marcante foi o *La Perla*, localizado em Córdoba.

Era conhecido como o mais perigoso desses centros de tortura, comparável a Auschwitz, na Alemanha nazista. Lá, os prisioneiros eram submetidos a tratamentos como o "afogamento simulado", em que suas cabeças eram submersas em uma banheira cheia de fezes, urina ou sangue. A "agulha elétrica" também era um dos preferidos dos guardas, que usavam choques elétricos para infligir dor. (Chan, 2022, p. 8, tradução nossa).

Os poucos que sobreviviam aos centros clandestinos saíam irreparavelmente marcados: ou por suas mentes devastadas pelas lembranças do terror, ou porque seriam mortos em outros lugares, por exemplo nos chamados voos da morte. Nesse método de extermínio, amplamente empregado pela ditadura argentina, as vítimas eram lançadas de aviões ou helicópteros ao mar ou em rios, geralmente estavam drogadas, torturadas e inconscientes. Para evitar que seus corpos emergissem, pesos eram amarrados a eles. Além disso, eram despidas para dificultar a identificação e tinham os membros atados, de modo a inviabilizar qualquer tentativa de nadar. Esse procedimento era recorrente porque garantia o ocultamento dos corpos, bem como tornava a localização e recuperação quase impossíveis (Chan, 2022).

O sequestro de centenas de bebês e crianças constituiu outra prática recorrente nos centros de detenções, transformando-se em uma política de Estado. As formas de chegada desses menores aos centros eram variadas: alguns eram levados à força junto com seus pais, enquanto outros nasceram no cárcere, com suas mães presas. A maioria, no entanto, chegava acompanhada dos pais e deixava o local sem eles.

É importante ressaltar que essa metodologia repressiva foi utilizada de forma racional pela ditadura argentina. Inclusive, o Exército elaborou um manual com orientações específicas sobre essa questão, intitulado “Instrucciones sobre procedimientos a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos”. Nele, havia instruções para que os militares entregassem para orfanatos ou famílias de militares crianças com até quatro anos de idade, pois estas ainda não estariam contaminadas pela “má influência” política de seus pais. Já as crianças mais velhas, especialmente em torno dos dez anos, deveriam ser eliminadas. (Fernandes, 2011, p. 50-51).

Grande parte dessas crianças permaneciam fora do controle judicial e eram entregues a famílias com ou sem vínculos diretos com o regime militar. Por se tratar de uma adoção ilegal, dificilmente havia registros que vinculassem as crianças aos seus sobrenomes originais ou familiares, dificultando que seus parentes as localizassem futuramente. Essa prática fazia parte do plano dos militares de “resgatá-las” de seus núcleos familiares originais, considerados subversivos. Dessa forma, a criança passa a viver “em um meio de mentiras sistemáticas e, geralmente, é criada com convicções e ideologias totalmente opostas às de seus pais” (Fernandes, 2011, p. 60).

O sequestro não foi a única prática de violência contra as crianças, também ocorreram mortes e torturas. Em muitos casos, essas ações visavam forçar os pais a fornecer informações aos militares, mas também refletiam traços de vingança e

revanchismo por suas “atitudes subversivas”. Com a certeza da impunidade, o Estado ditatorial atuou sobre a vida dessas crianças, alterando profundamente seus destinos e histórias: tiveram suas identidades subtraídas, algumas ainda desconhecem suas origens, e muitas cresceram privadas do direito de conviver com seus pais, cujas vidas foram ceifadas por torturadores. O dano era de ordem física e psicológica, e a mensagem dessa prática era clara: como não temer um regime que não poupava nem mesmo as crianças?

2.4. Integração repressiva: Doutrina de Segurança Nacional e o Plano Condor

A ditadura argentina instaurada em 1976 não pode ser compreendida isoladamente, pois estava inserida em um contexto regional de autoritarismo, no qual Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985) e Bolívia (1964-1982) também vivenciaram. Essas ditaduras, instaladas entre as décadas de 1970 e 1980, articularam políticas repressivas de forma compartilhada, promovendo auxílio mútuo entre os países.

Galeano (1998) demonstra que os governos militares, presentes em grande parte da América do Sul, estavam alinhados com interesses estrangeiros, o que contribuiu para sua longevidade. Nesse contexto, a ditadura argentina manteve estreita sintonia com os interesses dos Estados Unidos, que promoveram escolas de treinamento militar com o objetivo de homogeneizar a atuação das Forças Armadas nos países sul-americanos.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituiu um pilar ideológico essencial para a implementação do Processo de Reorganização Nacional. Essa corrente ideológica foi amplamente difundida durante a Guerra Fria, como parte das estratégias dos Estados Unidos nesse contexto. No entanto, seus fundamentos têm origens mais antigas.

Tem suas origens na noção de segurança coletiva que se inscreve na concepção de uma segurança hemisférica enunciada pela Doutrina Monroe, de 1823. Esta segurança coletiva se afirmou, sobretudo, em face da ameaça comunista, o que obrigou os norte-americanos a promover uma aliança interamericana de defesa contra a subversão inimiga. (Borges, 2007, p. 24).

Essa lógica não previa o combate a um exército inimigo, mas à ideia do comunismo, visto como um mal em expansão capaz de gerar caos e destruição. Criou-se, assim, a percepção de uma ameaça global que exigia cooperação entre os países sul-americanos. Nesse contexto, as ditaduras da região supervalorizaram a segurança

nacional. Embora inserido em um cenário geopolítico global, o discurso apresentava a ameaça como interna, sustentando a ideia de uma guerra dentro do próprio território.

A identificação do comunismo como um vírus existente no tecido social latinoamericano que devia ser eliminado canalizou todos os recursos disponíveis para a destruição do inimigo invisível. O discurso da existência de um perigoso inimigo interno, oculto e subversivo, (...) justificou medidas repressivas, preventivas e a constituição de um Estado autoritário, militarizado e firme na imposição e manutenção da ordem pretendida. (Padrós, 2015, p. 76).

A representação do comunismo como vírus ou doença integra a lógica da DSN ao transformar conflitos políticos em riscos biológicos à integridade nacional. Essa metáfora desumaniza o inimigo, convertendo opositores em elementos patológicos cuja eliminação seria necessária à “saúde social”. Além disso, esses sujeitos eram frequentemente associados a uma figuração diabólica, de caráter religioso e moral, vista como corruptora da sociedade e, em especial, da juventude.

Os revolucionários, por sua vez, foram retratados em jornais nacionais como selvagens, subversivos, terroristas, niilistas, nômades da crueldade e impulsionadores da destruição. O uso de termos pejorativos buscava desumanizar o inimigo. (Robben, 2002, p. 149, tradução nossa).

O opositor podia ser abstrato, mas o combate a ele era real, sistemático e marcado por excessos e brutalidade. Difundiu-se a ideia de que a subversão era uma escolha individual, o que permitia ao Estado deixar de ser visto como opressor e assumir o papel de defensor da nação contra o “mal interno”. Ao desumanizar os inimigos, negavam-se seus direitos, sobretudo em prisões e interrogatórios, legitimando o uso da violência como forma de “proteção” do país.

A Doutrina também incorporou a ideia de uma guerra total e permanente. Nessa perspectiva, a ameaça comunista poderia estar presente em todos os setores da sociedade – universidades, centros de cultura, sindicatos, igrejas – exigindo que o Estado mantivesse vigilância e repressão contínuas. Dessa forma, todo o país se tornava um ambiente repleto de suspeitas, em que até mesmo “uma reunião de bairro podia significar, na visão dos militares, um risco para a segurança nacional” (Joffily, 2014, p. 17).

Qualquer um poderia ser acusado de colaborar com o inimigo. A fronteira que antes separava aliados de inimigos foi drasticamente alterada. A tortura era o juiz que decidia o destino da população, e o medo era a punição imposta a todos, indistintamente, em uma tática repressiva e secreta de grande magnitude. (Robben, 2002, p. 150, tradução nossa).

A noção de guerra permanente serviu como justificativa para que o regime militar perpetuasse, ao longo dos sete anos de ditadura, o uso sistemático de práticas que

violavam os direitos humanos. Essa guerra permanente age no plano político e militar, mas era potencializada por meio de uma dimensão simbólica e subjetiva – a guerra psicológica. Juntas, essas estratégias ampliavam o conceito de guerra, mantinham a sociedade em constante alerta e sustentam o medo como instrumento de controle social.

Assim, a mente tornou-se um campo de batalha, promovendo o desenvolvimento de técnicas de ação psicológica que atingiam toda a sociedade civil. Nessa lógica, também havia o combate ao inimigo de ordem mental e intelectual – aquele que buscava promover mudanças sociais e que, segundo o regime militar, contribuía para a doutrinação e implantação da subversão por meio de palavras e ideias. Esse tipo de guerra era fomentado por propaganda, desinformação e manipulação, com objetivo de moldar percepções e comportamentos, garantindo silêncio e obediência. Tal estratégia contribuiu para que a sociedade naturalizasse a suspensão da liberdade em nome da segurança.

Na Argentina, a incorporação das ideias e da estrutura organizacional da Doutrina de Segurança Nacional teve início ainda no governo de Juan Carlos Onganía (1966-1970). De acordo com Novaro e Palermo (2007), foi nesse período que teoria e prática da DSN passaram a constituir pilares fundamentais da formação militar. A partir de então, os serviços de inteligência ganharam destaque, sendo destinados à supervisão de partidos políticos, sindicatos e organizações civis. Nesse contexto, os oficiais que atuavam na área de inteligência – responsáveis por investigação, coleta, análise e sistematização de informações – passaram a ocupar posições de maior prestígio.

Ao estender o estado de suspeita a toda sociedade, a "inteligência militar" tradicional já não parecia suficiente e necessitava-se de serviços de informações mais amplos e complexos. Na Argentina, por exemplo, os serviços de inteligência se multiplicaram e se sobrepuseram em todos os quartéis e unidades, e dezenas de oficiais e suboficiais argentinos realizaram cursos de capacitação sobre temas relacionados com "informações" e "inteligência". (Mazzei, 2013, p. 129, tradução nossa).

Antes da implantação da DSN, esse setor era frequentemente desprezado dentro das Forças Armadas, uma vez que o prestígio estava concentrado nos oficiais ligados aos serviços mais "militarizados", isto é, vinculados a ações combativas – relacionado ao campo de batalha, comandar tropas e treinar soldados. Com a difusão da lógica da "guerra interna", no entanto, a repressão passou a depender fortemente do aparato de espionagem e monitoramento. Assim, tornou-se evidente que, sem o trabalho dos setores de inteligência, a eficácia das operações seria limitada.

Com a formulação da “Estratégia Nacional Contra-subversiva”, o aparato repressivo foi aperfeiçoado com a ampliação dos serviços de infiltração, tortura e interrogatório. Ao mesmo tempo, a definição de inimigo passou a englobar um espectro cada vez maior da população civil. No discurso militar, entretanto, esse inimigo interno era apresentado como alguém que, embora argentino por nascimento, não podia ser considerado verdadeiramente argentino, pois atuava contra a pátria. Portanto, a luta das Forças Armadas era em defesa da nação, o que autorizava, segundo essa lógica, o uso de quaisquer meios considerados necessários. Assim, a repressão,

Foi adotada como rotina estatal não por necessidade intrínseca, mas como forma de eliminar grupos que talvez não teriam sido eliminados de outra forma, visto que poderiam ser libertados da prisão e retornar do exílio. Por fim, a prova mais conclusiva de que se tratava de uma prática estatal é a existência da Operação Condor. (Ramírez, 2015, p. 150, tradução nossa).

O Plano Condor representou a materialização prática dos princípios orientadores da Doutrina de Segurança Nacional. A operação consolidou uma rede cooperativa entre as ditaduras sul-americanas, permitindo o intercâmbio de informações e sequestros. Operando de maneira clandestina, o Plano Condor desprezava as normas e convenções internacionais destinadas à proteção de refugiados políticos, anulando possibilidades de asilo para aqueles que buscavam escapar da repressão em seus países. Além disso, consolidou-se como um sistema de neutralização e eliminação em larga escala.

Espiões dos serviços de inteligência estavam infiltrados nas embaixadas, nos correios e telégrafos, nas empresas telefônicas, nas companhias de aviação e nos bancos estaduais. Os perseguidos políticos eram identificados na requisição de passaportes ou através da utilização de quaisquer destes serviços que fossem controlados, tornando seus passos vigiados pelos serviços de inteligência. (Souza, 2011, p. 164).

Assim, as atuações dos grupos operacionais foram expandidas para além das fronteiras nacionais, demonstrando aos “subversivos” que não havia refúgio possível, mesmo que fugissem da ditadura de seu país e buscassem asilo em países vizinhos. Como exemplo dessa ajuda mútua, destaca-se a participação da Junta Militar no assassinato do ex-presidente boliviano Juan Torres em 1976, exilado em Buenos Aires.

Essas ações de terror e controle foram financiadas e apoiadas pelos Estados Unidos, ao fornecerem orientação, tecnologia e cobertura diplomática às ações repressivas. De acordo com Souza (2011), além dos treinamentos, o país assumiu a responsabilidade de defesa continental caso houvesse uma ameaça de guerra por parte da

União Soviética. Dessa forma, os exércitos sul-americanos podiam concentrar suas atenções na segurança interna e no controle social.

A origem do Plano Condor está vinculada às reuniões entre ditaduras sul-americanas e os Estados Unidos, como as Conferências dos Exércitos Americanos (CEA), realizadas anualmente. Essas reuniões juntamente com os encontros nas academias militares estadunidenses possibilitaram vínculos de amizade entre esses oficiais.

Militares latino-americanos haviam convivido por períodos de seis meses a dois anos em centros de formação na Argentina ou Panamá. Estas relações entre militares argentinos, uruguaios, paraguaios, brasileiros, chilenos, bolivianos e peruanos renderiam frutos anos mais tarde, nas ditaduras de segurança nacional em que estes países mergulhariam. (Souza, 2011, p. 163).

A conferência que consolidou a criação do Plano Condor ocorreu em Santiago, no Chile, em 1975, organizada pelo coronel Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda. Foi nessa reunião que se definiu o nome “Condor”, referência à ave andina. A escolha do nome pode ser associada tanto ao fato de o condor compor o brasão de armas do Chile, sede do encontro, quanto à simbologia da ave ser uma das maiores do mundo em voo, sugerindo a capacidade de ultrapassar fronteiras – aspecto central da operação.

Em 1978, a atuação cooperativa transnacional também se fez evidente durante a Copa do Mundo. Nesse contexto, o Uruguai articulou um esquema de segurança coordenado com Brasil e Argentina para impedir ações de grupos considerados subversivos durante o campeonato em andamento, demonstrando a continuidade das redes repressivas estabelecidas pelo Plano Condor.

A brigada (...) está em contato permanente com os órgãos de segurança de vários países, sobretudo da Argentina e do Brasil, tratando de investigar os antecedentes de estrangeiros que entram e saem do Uruguai. Controla, igualmente, os registros de hotéis. (Jornal do Brasil, 10/2/1978, p. 27).

De acordo com Braga (2014), o Plano Condor desenvolveu-se em três fases. A primeira, intitulada “Intercâmbio de inteligência sobre exilados políticos”, consistiu na coleta sistemática de informações sobre indivíduos e organizações acusados de vínculos com o comunismo ou de participação em movimentos de protestos aos regimes militares. Com o golpe de 1976 na Argentina, a repressão adquiriu contornos mais amplos e secretos, sendo a radicalização a marca inicial da segunda fase.

O emblemático assassinato do casal Praats, em 1974, na Argentina, revela o funcionamento do período decorrido entre a primeira e a segunda fase. O casal chileno, Carlos Praats e Soia Cuthbert, estava exilado em Buenos Aires desde o golpe no Chile. Ambos foram mortos, após terem sido alvos de atentado terrorista, em Buenos Aires. Isso é mais uma prova contundente da

internacionalização do terror que caracterizou a Condor e a cooperação existente entre os governos norteamericano, chileno e argentino. As ditaduras não toleravam a presença de militantes de esquerda na região, nem de exilados políticos (...). Por isso, sua eliminação tornava-se imprescindível. (Braga, 2014, p. 20).

Ainda em 1976, no segundo semestre, inicia-se a terceira fase, marcada pela internacionalização da Operação Condor e pela violência em seu mais alto grau. Nesse contexto, formaram-se grupos especiais que viajavam para outros países com o objetivo de localizar e eliminar os chamados inimigos do regime. Na Argentina, esse cenário provocou uma onda significativa de exílios, sobretudo para países europeus, onde a influência direta das ditaduras sul-americanas era menor. Muitos dos que deixaram o país passaram a integrar, no exterior, campanhas de solidariedade e movimentos de denúncias as infrações dos Direitos Humanos cometidos pela Junta Militar.

3. NO CAMPO DO PODER: FUTEBOL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

O futebol constitui-se como um fenômeno social que expressa valores e identidades, por meio dele, é possível compreender práticas culturais, questões econômicas e narrativas históricas de uma sociedade. Ao observar as torcidas, por exemplo, identificam-se formas de resistência e conflitos políticos.

Um exemplo significativo é o FC Barcelona durante a ditadura franquista (1939-1975). Nesse período, qualquer referência a Catalunha – uma região com forte oposição ao regime – era proibida: retirou-se a bandeira catalã do escudo do clube e o seu nome foi castelhanizado. Ainda assim, o *Camp Nou* (estádio do Barcelona) consolidou-se como espaço de luta, resistência e identidade, no qual a torcida se expressava livremente em catalão, protestando de forma coletiva contra a proibição imposta por Francisco Franco.

Outro caso é o clássico *Old Firm*, disputado entre Rangers e Celtic, na cidade de Glasgow. O confronto é marcado por tensões políticas e religiosas, evidenciando como o futebol pode refletir conflitos que estão fora dos campos. O Celtic, fundado por católicos e com postura simpática ao separatismo escocês, se contrapõe ao Rangers, associado ao protestantismo e à defesa da permanência da Escócia ao Reino Unido. Essa rivalidade, ao longo do tempo, gerou episódios de violência e até mortes.

O futebol é um campo simbólico que mobiliza intensamente paixões e emoções. Essas experiências subjetivas contribuem para a formação dos indivíduos e de seu lugar no mundo. Sentimentos como pertencimento coletivo e afeto pela pátria são frequentemente acionados no futebol, criando um elo profundo entre o povo e sua seleção.

O futebol expressa os sentimentos mais significativos da organização humana, que é o da identidade e o de pertencimento. Seja com relação ao clube ou ao selecionado nacional, manifesta-se um sentimento de afetividade e de pertencimento que dá sentido não apenas à instituição futebolística, mas ao lugar a que ela se encontra vinculada. (Ribeiro, 2004, p. 106).

Essa relação ultrapassa os jogos e reflete as transformações e os acontecimentos de uma época e lugar. O desempenho das seleções, bem como as rivalidades que se constroem em torno delas, não podem ser dissociados do contexto histórico em que se inserem. Conflitos políticos e internacionais, como guerras e disputas territoriais, frequentemente adentram as quatro linhas do futebol. Exemplos significativos são o banimento da seleção russa de competições internacionais em decorrência da guerra na

Ucrânia, ou os confrontos entre Argentina e Inglaterra, nos quais a memória da Guerra das Malvinas emerge como elemento simbólico que intensifica a rivalidade esportiva.

Em fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ofensiva militar contra a Ucrânia que resultou na morte de milhares de civis e militares. Embora seja um conflito de natureza essencialmente política e militar, seus efeitos reverberam também no futebol. Desde o início da guerra, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), entidade máxima do esporte, decidiu banir a seleção russa de competições internacionais. Essa medida evidencia como o esporte, a política e o contexto histórico estão profundamente entrelaçados, afastando a ideia de que o futebol é apenas alienação ou entretenimento, como se estivesse alheio ao mundo em que ele é praticado.

Já Guerra das Malvinas, travada em 1982, entre Argentina e Inglaterra pela posse do arquipélago, extrapolou as zonas de guerra e repercutiu também no futebol. Um dos episódios mais emblemáticos dessa rivalidade ocorreu na semifinal da Copa do Mundo de 1986, entre Argentina e Inglaterra. A vitória argentina ficou marcada pelo gol de Diego Armando Maradona, conhecido como *La Mano de Dios*, devido ao uso da mão do jogador – gesto considerado infração, mas que foi validado pelo árbitro. O episódio adquiriu dimensão simbólica, sendo interpretado por muitos argentinos como uma espécie de revanche simbólica frente à derrota militar de 1982. Até hoje, essas seleções carregam resquícios desse passado, a ponto de, em partidas da Inglaterra preferencialmente não são escolhidos árbitros argentinos, e vice-versa, como forma de prevenir tensões e evitar suspeitas de parcialidade.

A partir desses eventos, percebe-se como o futebol pode ser um objeto significativo de investigação histórica. Ao ultrapassar o âmbito da diversão e do lazer, o esporte passa a contribuir com a construção do conhecimento histórico. Como afirmam Ribeiro e Marczał (2021, p. 123), “restringir a análise do futebol apenas ao jogo dentro de campo, ou aos personagens diretamente ligados a ele, como jogadores, técnicos e dirigentes, é negar grande parte de seus desdobramentos e significados”. Apesar disso, durante muito tempo o futebol foi tema limitado e não privilegiado pela História. Quando aparecia, era frequentemente associado de forma restrita à História Cultural, como se não pudesse contribuir em discussões de outros domínios. Assim, foi por muito tempo tratado como secundário dentro da produção acadêmica, pois privilegiava-se objetos de ordem estritamente econômicos ou políticos.

A partir do século XX, essa perspectiva se transforma, sobretudo com a abrangência do que se compreende como fonte histórica e do próprio ofício do historiador. Segundo Neto e Barcelos (2025), na vivência moderna o futebol se apresenta como um dos mais importantes fenômenos da coletividade humana, uma vez que está presente em múltiplos espaços da vida social. Por esse motivo, torna-se um objeto privilegiado para o entendimento da realidade social. Ainda de acordo com os autores, “não é exagerado tratar o futebol como um fato social, devido ao seu tentacular raio de penetração no cotidiano” (Neto, Barcelos, 2025, p. 6).

3.1. Futebol e autoritarismo

À luz da perspectiva histórica, o futebol possibilita investigar como narrativas e discursos de poder são apropriados por governos – sobretudo aqueles de viés autoritário e ditatorial – como instrumento de legitimação e controle. Em períodos de crise e instabilidade, o futebol, devido à sua popularidade e relevância enquanto símbolo social, torna-se um recurso ideológico estratégico: ditaduras passam a utilizá-lo como veículo de propaganda e como meio de reafirmar e consolidar projetos nacionalistas.

Na América Latina, o futebol apresentasse como um elemento de forte identidade nacional e cultural. Ao longo do século XX, os governos latino-americanos perceberam o grande impacto das vitórias esportivas e a intensa comoção social em torno das seleções, projetando nesse fenômeno um significativo potencial político. Assim, o futebol passa a disputar não apenas o campo esportivo, mas também o político, tornando-se um espaço de intervenção estatal. Segundo Magalhães (2014, p. 8), “Ambos se entrelaçam, e neste entrelaçamento constroem associações, conjunções e cumplicidades”. Essa relação foi particularmente visível na Argentina de Juan Domingo Perón e no Brasil de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Na Argentina, a instrumentalização política do futebol tem raízes ainda na formação dos primeiros clubes, quando dirigentes políticos frequentemente atuavam como seus patronos, financiando as equipes e participando diretamente de sua administração. Essa relação garantia benefícios mútuos: os clubes recebiam recursos e visibilidade, enquanto os políticos fortaleciam sua imagem pública e ampliavam sua popularidade junto às classes trabalhadoras e às comunidades locais.

Posteriormente, Juan Domingo Perón retomou e aprofundou essa estratégia. Durante seu governo, passou a investir intensamente nos esportes, vinculando o êxito esportivo à ideia de grandeza do governo. Nesse discurso, as vitórias nos campos representavam o sucesso do regime e, por extensão, da própria nação. Dessa forma, o esporte – e especialmente o futebol – foi incorporado como parte de um projeto estatal, ocupando espaço importante na identidade nacional.

No imaginário de cada cidadão há um sentimento comum de pertencimento à sua comunidade – seja essa seu país, sua cidade ou seu clube –, que advém do compartilhamento de vários símbolos, como idioma, hino nacional, bandeira, e muitos outros, entre os quais podem-se citar os esportes. (Drumond, 2009, p. 399).

O esporte constituiu-se, assim, como um elo entre o Estado e a sociedade, funcionando também como instrumento de propaganda que difundia uma imagem de sucesso e positividade acerca do governo peronista. A partir dessa política, a Argentina passou a sediar importantes competições internacionais. Em 1950, Buenos Aires recebeu o Campeonato Mundial de Basquete, e no ano seguinte, os Jogos Pan-Americanos. Esses eventos ofereciam entretenimento à população e reforçavam o sentimento de pertencimento nacional, pois a emoção da torcida era convertida em orgulho patriótico. Perón acompanhava de perto as competições e a atuação das delegações argentinas, que obtiveram resultados expressivos no quadro de medalhas.

No futebol, a Associação Argentina de Futebol (AFA) era dirigida por aliados do governo, e as vitórias eram associadas às políticas esportivas de Perón. Nesse contexto, foram inaugurados os estádios Presidente Perón (1950) e Eva Perón (1951). Além disso, María Eva Duarte de Perón – a primeira-dama – promovia campeonatos infantis, em que o casal presidencial acompanhava as competições e entregava os prêmios, fortalecendo a integração nacional e a imagem de Perón como símbolo do esporte e responsável por seu sucesso (Drumond, 2009).

No Brasil, o futebol também integra cultura e identidade, influenciando suas manifestações. Por seu potencial de mobilização e agitação social, esse esporte passou a ser percebido como um instrumento politicamente valioso pelos governantes.

O futebol, no Brasil, tem peso equivalente ao de uma religião oficial, onde meninos e meninas são induzidos a torcer por algum time local ou herdar a herança da família de torcedores, ou seja, a ligação do esporte para com sociedade não apenas está no lado esportista e sim do cotidiano. Desse modo,

a relevância do futebol, é de extrema importância para a compreensão do mundo brasileiro, incluindo obviamente o campo da política. (Nascimento, 2022, p. 12).

Em 1970, o Brasil vivia sob a ditadura civil-militar, cujo presidente era Emílio Garrastazu Médici. Seu governo foi marcado pelo “Milagre Econômico”, em que houve aumento do Produto Interno Bruto (PIB), expansão da industrialização e redução da inflação. Essa imagem de um país próspero e em ascensão, ainda que restrita a uma parte privilegiada da população, contribuiu para a popularidade do governo militar. Ao mesmo tempo, entretanto, o país enfrentava o ápice da repressão, intensificada após a promulgação do Ato Institucional nº 5. Nesse cenário, Médici viu na Copa do Mundo de 1970 uma oportunidade estratégica para desviar a atenção da violência e da tortura que cresciam e fomentar um sentimento nacionalista na população.

O presidente já era um fanático por futebol, mas utilizou esse interesse também com fins publicitários, aproximando-se da população por meio da imagem de um torcedor comum. Além disso, a relação entre o regime militar e a seleção brasileira também foi foco de publicidade, no qual os jogadores passaram a ser apresentados como modelos de “bom cidadão”, portadores de valores como coragem, coletividade, força e patriotismo.

Os jogadores eram usados em propagandas na televisão, associados a produtos de prestígio e luxo como automóveis, refrigerados nacional passando uma imagem de “bem-estar” no país para o povo brasileiro. (...). Na TV o Brasil transparecia ser um país alegre e unido em busca da glória eterna de conquistar o mundo, no entanto, nas ruas a população sofria inúmeras repressões impostas pelo governo dos militares. (Nascimento, 2022, p. 16).

Com essas estratégias, o governo militar buscava legitimar seu poder por meio do clima festivo que tomou o país em razão da atuação da seleção no Mundial e, posteriormente, de sua vitória no torneio. Aproveitando-se desse momento, a ditadura civil-militar propagava discursos ufanistas e a suposta excelência do país sob seu comando. A intersecção entre futebol e política, mais uma vez, aprofundou a relação entre sociedade e governo, sobretudo por meio da propaganda, contribuindo para apaziguar insatisfações sociais e garantir a continuidade daqueles que estavam no poder.

3.2. Das Copas do Mundo ao Mundial de 1978

O final do século XIX e o começo do século XX marcaram a popularização do futebol no mundo, acompanhando processos como a urbanização, a industrialização e o crescimento dos meios de comunicação. A difusão do futebol ocorreu a partir de sua

adesão pelas classes trabalhadoras e populares, superando o projeto inicial de mantê-lo como esporte restrito às elites. A sensação de pertencimento e coletividade que evoca, a euforia singular provocada por um gol e a facilidade de sua prática – que inclui diversidade de corpos e habilidades, além de exigir poucos recursos e espaço – foram fatores decisivos para que se consolidasse como o esporte mais popular do mundo.

Nesse contexto de expansão, tornou-se necessária a organização do esporte enquanto instituição. Dessa forma, em 1904, foi criada a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), com o objetivo principal de unificar, sob uma liderança mundial, as federações nacionais de cada país. Desde sua fundação, “a FIFA refletiu o cenário das relações internacionais dos países integrantes, da mesma forma que o futebol foi utilizado como construtor dessas relações” (Magalhães, 2014, p. 23).

Inicialmente, o futebol integrava os Jogos Olímpicos, principal competição internacional da época. Com o avanço da profissionalização do esporte, surgiram conflitos entre a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional (COI), que exigia o amadorismo dos atletas e por isso, o futebol ficou fora das Olimpíadas de 1932. Dessa forma, no 18º Congresso da FIFA, sob a presidência de Jules Rimet, decidiu-se criar uma competição própria: a Copa do Mundo, disputada nos intervalos entre as Olimpíadas.

Realizada a cada quatro anos, a Copa do Mundo consolidou-se como o maior evento futebolístico entre seleções, servindo, inclusive, como forma de legitimação internacional para países que buscavam ingressar na Organização das Nações Unidas (ONU) (Cabo, 2008). Ao longo de suas edições, é inegável a presença de jogadores eternizados na história do esporte e de partidas marcantes para gerações inteiras. No entanto, também é inegável que cada Copa do Mundo refletiu o contexto histórico em que ocorreu – guerras, mudanças políticas e avanços científicos – tornando-se um retrato de seu tempo.

O Uruguai, bicampeão olímpico, foi escolhido para sediar a primeira Copa do Mundo, em 1930. No mesmo ano, o país celebrava o centenário de sua independência e o governo utilizou o Mundial para demonstrar o êxito desse processo (Dowdle, 2011), configurando-se como um uso político do evento. A final entre Argentina e Uruguai consagrou o país-sede como campeão.

Já no segundo torneio, há a inauguração de uma prática que se repetiria em outras edições¹: o *sportswashing*. O termo deriva da combinação das palavras em inglês *sports* (esporte) e *wash* (lavagem). Essa,

Representa uma estratégia de marketing que envolve destacar algo ou alguém de forma positiva, mesmo que haja algumas questões controversas envolvidas, utilizando o esporte como meio de reabilitar a imagem de uma marca, produto ou país. Essa estratégia muitas vezes busca ocultar ações que governos preferem que não sejam conhecidas pelo mundo. (Fernandes, 2023, p. 3).

Essa estratégia de promoção continuou vigorando em 1934, quando a Itália, sob o regime fascista de Benito Mussolini, sediou a Copa do Mundo. A utilização do *sportswashing* tinha como objetivo legitimar politicamente o governo e promover positivamente sua imagem. Segundo Rosa (2019), Mussolini buscava cativar as massas e demonstrar força e organização ao mundo, em um momento em que suas ações eram muito questionadas. Mais uma vez, o vencedor foi o país que organizou o torneio, e na Copa seguinte, em 1938, a Itália consagrou-se bicampeã.

Além de ser o “ponto inicial” da crítica ao uso do esporte como arma política de ditaduras, a partir da Itália em 1934 ficou estabelecida também a crítica ao uso pelo país-sede. As denúncias futuras não seriam aos participantes ou vencedores, mas aos que recebem tais eventos esportivos. (Magalhães, 2014, p. 41).

A denúncias, portanto, concentravam-se no país-sede, que atraía atenção mundial não pelas violações de direitos humanos, mas pelo evento futebolístico em curso. Nos anos seguintes, o contexto político seguiu influenciando o torneio, culminando na suspensão das edições previstas para 1942 e 1946 devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seus desdobramentos.

O contexto de pós-guerra não oferecia condições para que a Europa recebesse um evento de grande porte, por isso, em 1950, o Brasil foi escolhido para organizar a Copa do Mundo. Para recebê-la, foi construído o Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. Segundo Fraga (2006), o campeonato buscava projetar uma imagem positiva do Brasil, simbolizada pela grandiosidade do Maracanã e pelo clima de união nacional em torno da seleção. No entanto, o orgulho transformou-se em frustração quando o Uruguai venceu o Brasil e conquistou o título, no episódio conhecido como Maracanaço.

¹ De acordo com Fernandes (2023), as demais edições que se utilizaram do *sportswashing* foram: 1934 (Itália), 1974 (Alemanha Ocidental), 1978 (Argentina), 2014 (Brasil), 2018 (Rússia) e 2022 (Catar).

Em 1954, a Suíça sediou o primeiro Mundial transmitido pela televisão. Realizado em meio à Guerra Fria, o torneio contou com a participação da Alemanha Ocidental, formada após a divisão do país no pós-guerra. Representante do bloco capitalista, a equipe conquistou o título, em uma vitória de forte valor simbólico para o período.

Em 1958, foi a vez da Suécia sediar a Copa do Mundo, edição que consagrou o Brasil como campeão pela primeira vez. No torneio seguinte, em 1962, o país conquistou o bicampeonato no Chile. Já em 1966, a Inglaterra destacou-se ao sediar o evento e conquistar seu primeiro título mundial.

Na Copa de 1970, realizada no México, havia grande preocupação com possíveis atentados contra a seleção de Israel e com o risco de boicotes. Ao mesmo tempo, o México enfrentava forte instabilidade social, marcada por protestos estudantis duramente reprimidos pelo governo de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970). O Massacre de Tlatelolco, ocorrido dois anos antes da Copa e às vésperas dos Jogos Olímpicos, resultou na morte de dezenas de estudantes. Segundo Magalhães (2014), a FIFA despolitizou esses episódios, sustentando que o torneio deveria prosseguir devido seu caráter exclusivamente esportivo.

Em 1974, a Alemanha Ocidental sediou e venceu a Copa do Mundo em um contexto de forte tensão diplomática, usando o torneio para afirmar sua superioridade sobre a Alemanha Oriental. A edição também foi marcada por preocupações políticas e de segurança, intensificadas após o atentado das Olimpíadas de 1972, conhecido como “setembro negro”, quando palestinos atacaram a delegação israelense, resultando na morte de onze reféns.

A repescagem de 1974 também foi marcada por polêmicas quando a União Soviética se recusou a enfrentar o Chile em protesto contra o golpe militar de Augusto Pinochet (1974-1990), que depôs o governo democraticamente eleito de Salvador Allende (1970-1973). O jogo seria realizado no Estádio Nacional Julio Martínez Prádanos, à época utilizado como campo de prisão e tortura de opositores. Apesar das críticas, a FIFA manteve a partida, mas a União Soviética não compareceu.

A análise das Copas do Mundo revela que a escolha das sedes, os locais dos jogos, a trajetória dos campeões e toda a conjuntura do torneio não são neutras nem puramente esportivas. As dinâmicas sociais, diplomáticas e simbólicas que permeiam a competição

evidenciam a contradição do discurso histórico da FIFA sobre neutralidade e distanciamento político. Assim, a separação entre esporte e política mostra-se insustentável, sobretudo diante dos sujeitos e práticas que marcaram o evento desde sua criação. O capítulo seguinte abordará a 11ª edição da Copa do Mundo, realizada em 1978, na Argentina governada pela Junta Militar, analisando a interferência do regime no torneio e seu uso político.

4. O jogo das narrativas: O Mundial de 1978 e a cobertura jornalística brasileira

Desde a Antiguidade, o ser humano tem a necessidade de transmitir informação. Esse processo perpassa a oralidade, a representação imagética – por meio dos desenhos feitos nas paredes das cavernas – e a invenção da escrita cuneiforme na Mesopotâmia pelos sumérios, complexificando seus meios e atendendo as novas necessidades sociais.

Atravessando transformações políticas, econômicas e sociais, a escrita, além de guardiã de registros e memórias, passou a exercer também o papel de difusora de informações e opiniões, acompanhando a crescente necessidade de divulgar temas de interesse coletivo. Esses processos históricos culminaram, séculos depois, no surgimento da imprensa, com os jornais como fruto desse desenvolvimento comunicacional. Os periódicos percorreram uma longa trajetória de organização e disputas – ora silenciados, ora transformados em instrumentos de poder –, mas sempre refletindo seus financiadores, seus autores e o contexto em que estavam inseridos.

Destacando brevemente alguns marcos da história da imprensa, a *Acta Diurna*, criada no Império Romano durante o governo de Júlio César, é considerada uma das precursoras dos periódicos. Funcionava como meio oficial de comunicação, divulgando feitos positivos do governo, avisos administrativos e conquistas militares. Gravada em placas de madeira ou metal e exposta em locais públicos, tinha circulação lenta, e suas informações podiam levar dias ou semanas para alcançar os leitores.

Posteriormente, no século XV, o alemão Johannes Gutenberg desenvolveu a prensa de tipos móveis, uma inovação que transformou profundamente a circulação do conhecimento. Com a prensa, a impressão deixou de depender exclusivamente do trabalho artesanal, tornando-se rápida e menos custosa, contribuindo diretamente para a circulação de ideias, difusão e democratização de materiais impressos.

A partir da segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial transformou a produção jornalística. Inovações como as prensas a vapor e a melhora dos materiais aceleraram a impressão e ampliaram o acesso às notícias. No século XX, os jornais viveram seu auge entre 1890 e 1920, período conhecido como a Era de Ouro da imprensa. Nesse período, ganharam espaço as fotografias coloridas e novas seções, como humor e esportes. Mais tarde, os periódicos passaram a dividir a difusão da informação com o rádio e, depois, com a televisão.

A origem da imprensa no Brasil remete ao século XIX, com a chegada da família real portuguesa, fuga das tropas de Napoleão Bonaparte. Antes de 1808, a impressão de publicações no país não era permitida. Segundo Azevedo (2009), os motivos eram econômicos e políticos: evitar concorrência entre produções brasileiras e portuguesas e impedir a circulação de materiais considerados subversivos.

Com a instalação da corte no Rio de Janeiro e o território tornando-se sede do Império Português, importantes transformações ocorreram, entre elas a criação da tipografia oficial. No entanto, a atividade da imprensa era rigidamente controlada e censurada, tanto em relação a produção interna quanto aqueles que eram importados. Após a independência, em 1823, e com a promulgação da primeira lei brasileira de imprensa, houve maior desenvolvimento do setor e maior circulação de jornais pelo país.

Durante o século XIX, a imprensa brasileira passou por um processo de industrialização e na década de 1920, consolidaram-se grandes empresas jornalísticas, como os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Já no século XX observa-se o retorno da censura em alguns momentos históricos: no Estado Novo (1930-1945), por meio do controle exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e, posteriormente, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), quando a liberdade de expressão voltou a ser restringida.

Com essas transformações ao longo do tempo, os jornais passaram a ter papel central na sociedade, influenciando a opinião pública e controlando a circulação de informações. Como afirmam Martins e Luca (2020, p. 8), “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente”, pois as redações testemunham e influenciam os rumos políticos e sociais do país.

No campo da pesquisa histórica, houve inicialmente resistência ao uso dos jornais como fonte. Essa postura remonta ao positivismo, que buscava a verdade absoluta e considerava a imprensa como subjetiva e passageira. Com as revisões historiográficas, especialmente a partir da Escola dos Annales, essa perspectiva se transformou: passou-se a valorizar o contexto de produção dos documentos, reconhecendo o material impresso como fonte e objeto de investigação histórica.

Capelato (2015, p. 114) observa que, “antes considerada uma fonte suspeita, a imprensa acabou sendo reconhecida como material valioso para a compreensão de uma

época”. Sua impressão permitiu a preservação e o registro de fatos, tornando-os testemunhos valiosos para a História. Suas páginas narram acontecimentos, destacam personagens e refletem modos de pensar e viver, contribuindo para compreender como os eventos foram percebidos e interpretados em seu tempo.

Entretanto, ao utilizar periódicos como fonte, eles não devem ser tomados como verdades absolutas ou reflexos neutros da realidade. Pois, são atravessados pelas questões de seu tempo – linguagem, economia, relações de poder, modos de vida e costumes – que influenciam diretamente a seleção e a construção das narrativas jornalísticas.

No estudo dos jornais da grande imprensa, é necessário levar em conta que eles se caracterizam, ao mesmo, como instituições de natureza pública e privada, mesclando interesses políticos e empresariais. Disso resulta que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. (Capelato, 2015, p. 129).

Logo, o historiador, conforme recomendado por Luca (2008), deve atentar-se a todos os aspectos que envolvem o jornal, como o contexto de produção, a disposição gráfica, os editores, o público-alvo, o proprietário, as ideologias políticas e as tendências do mercado jornalístico. Dessa forma, o pesquisador precisa manter um olhar crítico ao interpretar notícias e, sempre que possível, cruzar essas informações com outras fontes, considerando que a subjetividade é uma marca significativa da produção jornalística.

A análise dos jornais brasileiros neste trabalho permite compreender como atuaram nas estratégias narrativas e na construção de percepções, consensos e silenciamentos em torno da Copa do Mundo de 1978. Para isso, é necessário entender o contexto político do Brasil naquele período.

Desde 1964, o país vivia sob uma ditadura civil-militar, marcada pelo medo, violência e censura. A Lei nº 5.250, de 1967 – a Lei de Imprensa – restringiu severamente a liberdade de expressão e o trabalho jornalístico, justamente por reconhecer o poder da imprensa como formadora da opinião pública. A repressão intensificou-se em 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que tornou a vigilância sobre a produção jornalística ainda mais rigorosa. Nesse contexto de endurecimento, em 26 de janeiro de 1970 foi editado o Decreto-Lei nº 1.077, que estabeleceu a censura prévia à imprensa e a qualquer forma de publicação que contrariasse a "moral e os bons costumes".

Respalado pelo AI-5 e pela Lei de Segurança Nacional, o Decreto-Lei nº 1.077 foi considerado por escritores e editores como uma nova forma de autoritarismo (LOPES,

2018). A autora explica que o mecanismo de censura instituído pelo decreto autorizava o Departamento de Polícia Federal (DPF), quando requisitado pelo Ministério da Justiça, a realizar a análise prévia de livros e periódicos, a fim de identificar possíveis violações aos preceitos morais e aos bons costumes vigentes. Após essa avaliação, a decisão sobre a apreensão ou proibição de circulação das obras cabia ao Ministro da Justiça.

A partir de 1974, o Brasil iniciou um processo de redemocratização, buscando recuperar as liberdades políticas e institucionais após o autoritarismo. Em 1978, o presidente Ernesto Geisel revogou o Ato Institucional nº 5, o que trouxe certa flexibilização à atividade jornalística. Nesse contexto, a escolha dos jornais brasileiros como fonte se justifica: mesmo ainda sob restrições, os periódicos passaram a vivenciar uma abertura relativa da censura, equilibrando a necessidade de informar com os limites impostos pelo regime.

4.1. Trajetória histórica do Correio Braziliense e do Jornal do Brasil

Compreender a trajetória histórica e editorial dos periódicos analisados é essencial para entender suas referências e orientações ideológicas, que moldam seus discursos e posicionamentos. Antes de examinar as narrativas sobre a Copa de 1978 no Correio Braziliense e no Jornal do Brasil, é necessário conhecer, ainda que brevemente, a formação e consolidação de cada um, pois suas escolhas interpretativas refletem esse percurso histórico.

O Correio Braziliense é considerado o primeiro jornal do Brasil, que à época ainda era colônia de Portugal. Marcado pelo pioneirismo desde a estreia, seu nascimento perpassa pela história de seu fundador, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido na Colônia do Sacramento – território que atualmente pertence ao Uruguai – mas que, naquele contexto, fazia parte do império português.

Esse fato seria fundamental para a formação do autor até mesmo na escolha no nome para o jornal que começou a circular em 1808, chamado de “brasiliense”. Enquanto os demais periódicos desse contexto assumiam uma ascendência portuguesa ou luso-brasileira, Hipólito concebia o periódico de sua responsabilidade como “brasiliense”. (Oliveira, 2017, p. 108).

A trajetória de Hipólito percorreu Brasil e Portugal, mas sua virada decisiva ocorreu nos Estados Unidos, durante uma missão oficial da Coroa Portuguesa. Foi nessa época, que Hipólito passou a ter contato com ideias iluministas e com a maçonaria, o que levou à sua perseguição ao retornar a Portugal. Crítico à proibição portuguesa sobre

publicações no Brasil, restritas à Imprensa Régia, exilou-se no Reino Unido, onde fundou o Correio Braziliense em 1808. Assim, driblou a censura e fez circular um periódico mais doutrinário que noticioso (Sodré, 1999).

A principal defesa do jornal era Independência do Brasil, além da liberdade de imprensa e o fim da escravidão. O periódico circulou até 1º de dezembro de 1822, um ano após a morte de seu fundador. Mais de um século depois, em 1960, o nome foi retomado por Assis Chateaubriand para batizar o novo jornal criado em Brasília, voltado à nova capital federal. Embora o título do antigo periódico tenha servido de inspiração, as duas publicações apresentam origens e contextos distintos.

Assis Chateaubriand também exercia grande influência na política brasileira, pois buscava manter boas relações com cada novo governo para garantir benefícios a seu império de comunicação. Seus sucessores mantiveram a mesma linha política amistosa e moderada, estabelecendo-a como a perspectiva editorial do Correio Braziliense.

Ao olharmos para a história do jornal Correio Braziliense desde sua fundação em 1960, observamos sua proximidade aos governos, permanecendo a mesma postura durante o regime militar de 1964. Cobriu os tumultuados acontecimentos da década de 60 com correção e sem ousadias, não desviando, portanto, de sua linha editorial. O seu alinhamento não se dava somente com o governo federal, mas também com os governos locais, isto o favorecia no acesso às verbas publicitárias provenientes dos órgãos oficiais. (Camargo, 2022, p. 92).

Em 1964, o jornal seguiu uma linha pró-governo, apoiando o golpe militar e reforçando o discurso do suposto perigo comunista. Já em 1978, recorte temporal desta investigação, o Correio Braziliense encontrava-se alinhado à proposta de abertura “lenta, gradual e segura” do presidente Ernesto Geisel. Segundo Camargo (2022), durante o governo ditatorial, o jornal manteve uma postura moderada, produzindo uma cobertura ampla que reproduzia discursos oficiais e críticas seletivas.

Em relação ao Jornal do Brasil, tratava-se de um tradicional impresso brasileiro, fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Inicialmente, apresentava um perfil monarquista, influenciado pelo grupo fundador, e, por isso, adotava uma posição crítica e combativa em relação ao modelo republicano vigente. Essa posição gerou hostilidade do governo, resultando em ameaças e no empastelamento do jornal, o que culminou na transferência de sua propriedade para novos donos.

Assim como o Correio Braziliense, o Jornal do Brasil passou por diferentes momentos de reformulação ao longo de sua história, refletindo as orientações editoriais de seus proprietários em cada período. O jornal transitou entre fases de forte caráter político crítico, como durante a direção de Rui Barbosa em 1893, até períodos de relativa neutralidade política, exemplificada pela gestão de Ernesto Pereira Carneiro, em 1919 (Brasil, 2015).

Em um salto temporal, durante a articulação do golpe de 1964, o Jornal do Brasil teve papel de destaque como apoiador. Conforme Brasil (2015), o periódico rompeu com a simpatia inicial pelo governo de João Goulart devido às suas inclinações à esquerda e ao insucesso de algumas propostas. Durante o regime militar, defendeu cassações e restrições políticas, mas também buscou formas de contornar a censura e emitir críticas. Suas relações com a ditadura, portanto, foram ambíguas, já que, como observa Chammas (2012, p. 27), o jornal “hesitou bastante em se colocar contra o movimento militar e, mesmo quando o fez, foi dentro de determinados limites e em circunstâncias específicas”.

Exemplo dessa relação de aproximações e distanciamentos foi o apoio seletivo do Jornal do Brasil aos presidentes da ditadura: respaldou Humberto de Alencar Castelo Branco, mas não Arthur da Costa e Silva, principalmente após a promulgação do AI-5, quando chegou a protestar no dia seguinte ao decreto. Nessa ocasião, a edição não circulou devido à censura, e seus diretores tiveram prisão decretada. Os atritos com o governo militar permaneceram durante a gestão de Ernesto Geisel.

O Brasil já estava sob o clima da reabertura política, defendida pelo jornal. Devido a estas posições, no ano de 1976 um relatório confidencial intitulado “Medidas contra o Jornal do Brasil”, montado pelo general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, delineava estratégias para sufocar o jornal (...). Em consequência, o *JB* sofreu, nesta época, um forte boicote econômico, tendo ainda concessões para canais de rádio e televisão negadas, vendo-se obrigado a comprá-las caso quisesse expandir sua rede multimídia. (Brasil, 2015).

Com base nas trajetórias dos periódicos, é possível investigar como o contexto político brasileiro influenciou suas coberturas. Embora ambos países estivessem sob um regime ditatorial, a Argentina vivia o auge da repressão, enquanto o Brasil já passava por uma abertura gradual. A análise desses momentos permite observar o posicionamento dos jornais: se omitiram prisões e torturas, se criticaram a ditadura argentina ou se adotaram um tom mais celebratório do evento.

4.2. A preparação para a Copa do Mundo de 1978

Antes do início da Copa do Mundo de 1978, os jornais brasileiros já cobriam o evento, destacando expectativas e interpretações sobre a competição. A população brasileira, apaixonada por futebol, acompanhava com interesse os preparativos. Tanto o Correio Braziliense quanto o Jornal do Brasil deram atenção aos aspectos esportivos, sem deixar de observar o contexto político do país.

O desejo de sediar o maior evento das seleções em solo argentino remonta ao governo de Perón. No 35º Congresso da FIFA em Londres, esse antigo desejo peronista foi confirmado e ratificado na gestão de Isabelita Perón. Após o golpe de Estado, a Junta Militar avaliou cancelar o torneio devido às dificuldades econômicas e por ele representar uma herança peronista. No entanto, reconheciam que a suspensão seria interpretada como sinal de fraqueza do regime. Assim, com apenas dois anos para o início da Copa, os militares reconheceram que a suspensão do torneio seria politicamente prejudicial.

Mesmo com a tentativa de dissociar o evento do governo anterior, ironicamente a Copa do Mundo que ajudou aos militares a renovar o apoio da sociedade ao governo representava a memória peronista que os mesmos procuravam extinguir. Os símbolos do evento, divulgados internacionalmente antes do golpe e pensados ainda durante o governo peronista, estavam diretamente associados ao ex-presidente (Magalhães, 2014, p. 58).

A decisão de manter a realização da Copa podia ser convertida em uma afirmação da capacidade de organização da Junta, evidenciando as novas potencialidades do país no pós-golpe militar e a superação das fragilidades políticas e ideológicas. Assim, o campeonato representava para os militares uma oportunidade de melhorar sua complicada situação interna e externa, projetando a imagem de um país estável, organizado, unido e em progresso. Essa dinâmica será aprofundada nos tópicos seguintes.

Os anos de 1976 e 1977 foram marcados por um cenário conturbado e de forte pressão, sobretudo da FIFA. Inicialmente, havia uma grande dúvida se a Argentina de fato teria condições de sediar o torneio.

Alguns mais experientes no futebol do Brasil acreditam que a Copa do Mundo de 78 pode ser realmente no Brasil. Pensam eles que quando a data estiver próxima João Havelange dará um não a Argentina e trará a Copa para o Brasil. Estádios, acomodações e condições não faltam ao Brasil para fazer uma Copa a qualquer momento (...) Na Argentina o problema começa nos estádios. Apenas três têm condições até agora para uma Copa do Mundo. (Correio Braziliense, 2/10/1976, p. 15).

Essa possibilidade de transferência de sede para o Brasil refletia o clima de incerteza que envolvia a organização da Copa do Mundo de 1978. O Correio Braziliense, por se tratar de um jornal brasileiro, oferece uma perspectiva comparada na qual reforça

a superioridade brasileira. Ao mesmo tempo que apresenta o país como uma alternativa segura e bem estruturada, o periódico aponta a falta de condições para que a Argentina receba o torneio.

Volta e encontra-se em plena efervescência o problema da sede da próxima Copa do Mundo, agitado e especulado em todas as colunas, esportivas ou não. (...). Em um ponto, entretanto, parece que todos concordam: a esta altura, nem mesmo o alto comando da FIFA sabe onde será jogada a próxima Copa. (Jornal do Brasil, 9/2/1976, p. 3).

Nesse cenário de indefinição, as notícias sobre o Mundial ocupavam todas as seções dos periódicos – “esportivas ou não” – mostrando como o tema ultrapassou o âmbito esportivo e entrou em outros debates públicos. O Jornal do Brasil ressalta que até mesmo as instâncias oficiais, como a FIFA, demonstravam desorientação. A preocupação recaía sobretudo sobre a infraestrutura, pois a necessidade de muitas melhorias, aliada ao pouco tempo disponível, tornava improvável a conclusão das obras antes do início do evento.

Os estádios não possuíam a estrutura e a qualidade exigidas pelo padrão FIFA e as cidades que iriam receber os jogos tinham condições de mobilidade inadequadas para um evento de grande porte. Essa limitação comprometia os deslocamentos tanto por via aérea – devido à baixa frequência de voos – quanto por via terrestre – em função de rodovias de baixa qualidade. A fragilidade de infraestrutura também se refletia na hospedagem, uma vez que não havia hotéis suficientes para atender à grande demanda.

A cidade (...) ainda causa apreensão à crônica esportiva argentina, por causa da lentidão com que a complementação das obras consideradas prioritárias para a Copa vem sendo feita. A constatação de que ainda persistem alguns problemas, (...) reformas incompletas, capazes de comprometer a imagem da Argentina diante do mundo. (Jornal do Brasil, 19/5/1978, p. 27).

A reportagem mostra como a situação poderia prejudicar a imagem internacional da Argentina. Essa situação refletia diretamente na economia, pois a falta de garantias para visitantes gerava receios sobre venda de ingressos e adesão dos torcedores. A baixa arrecadação prejudicaria tanto a FIFA, que primava um evento lucrativo e de ampla visibilidade, quanto o governo argentino, que seria desmoralizado e perderia prestígio perante a entidade. Outra questão econômica afetada seria os investimentos antecipados, pois, em meio a um contexto instável, havia desconfiança em relação à segurança desses aportes.

O sistema televisivo também gerava preocupações, pois a Argentina não possuía o aparato necessário para realizar transmissão em cores. Essa restrição impactava diretamente a qualidade das exibições, especialmente em uma época em que as transmissões em preto e branco já eram consideradas obsoletas e defasadas.

Indiscutivelmente, uma das maiores preocupações da FIFA e dos organizadores da copa do mundo, foi a precariedade com que se encontravam os sistemas de comunicação na Argentina. Até pouco tempo atrás, nenhuma das emissoras estatais daquele país dispunha de modernos equipamentos, capazes de oferecer uma cobertura razoável, a um acontecimento tão importante como esse. (Correio Braziliense, 24/1/1978, p. 4).

Diante desse cenário, o Brasil passou a ser a solução argentina para a questão televisiva. Por meio de encontros e reuniões, foi estabelecida uma parceria entre os dois países, na qual o Brasil forneceria suporte técnico, equipamentos e equipes especializadas. Dessa forma, garantia-se a viabilidade das transmissões em cores durante o Mundial, caso a Argentina não conseguisse implantar a modernização a tempo, e caso conseguisse, contaria com um apoio experiente.

Para os participantes do Mundial, o temor estava relacionado tanto as deficiências organizacionais quanto ao clima de agitação política que marcava a Argentina naquele período. A insegurança estava associada à própria atmosfera de medo e cerceamento que permeava o cotidiano do país, bem como possíveis atentados e ameaças externas.

Sabe-se, há vários anos, que alguns países da Europa temem comparecer a Argentina para a participação na Copa de 78. O regime político, as recentes agitações de rua, sequestros, ação de terroristas e casos similares, estão levando as nações a temerem represálias a seus craques e delegações. Além dessas ameaças, por sinal bastante fundamentadas, temem as nações que seleção alguma fará boa figura na Copa. (...). Os jogadores necessitam de tranquilidade espiritual para uma competição os chefes de equipes não trabalham sob tensão e arrisca-se a um fiasco nessas condições, poucas seleções estariam dispostas. (Correio Braziliense, 27/3/1976, p. 21).

O Correio Braziliense aponta para o reconhecimento internacional dessa realidade de efervescência política, e como esta gerava temor ao adentrar o território argentino durante a Copa do Mundo. O jornal apresenta um quadro que extrapola o campo esportivo, enfatizando os riscos pessoais e emocionais para atletas e delegações. Dessa forma, fica claro que, na visão dos países europeus, a Argentina não teria condições de oferecer um ambiente – físico e psicológico – adequado para a prática do esporte.

Deverá haver um fortalecimento político entre o país e aqueles que comparecerão para as disputas da Copa. Talvez o trabalho de reconstrução do país, como vem pregando o novo governo, encontre lá suas dificuldades junto ao exterior, uma vez que os acontecimentos políticos dos últimos meses marcaram a Argentina de forma bem negativa. (Correio Braziliense, 27/3/1976, p. 21).

O trecho indica que a Argentina precisava reforçar suas relações políticas com outros países para garantir o bom andamento da Copa. Assim, demonstra que o sucesso do evento dependia também de vínculos internacionais bem estabelecidos. Ademais, a referência ao “trabalho de reconstrução do país”, associado ao “novo governo”, revela a narrativa oficial da Junta, que se apresentava como força reorganizadora da Argentina. O jornal destaca que essa reconstrução estava encontrando resistências no exterior, uma vez que ações de violência estatal não eram bem vistos, sobretudo por governos democráticos.

No entanto, é interessante perceber que o mesmo jornal não manteve uma postura única durante a cobertura. Em alguns momentos, privilegia a narrativa da repressão na realidade argentina, em outros, relativizava as questões políticas, minimizando tensões. Dessa forma, evidencia-se que a construção jornalista é dinâmica e por isso, é necessário que o historiador adote um olhar crítico.

Quem visita hoje a cidade de Buenos Aires, capital argentina, chega ao aeroporto Ezeiza desconfiado, assustado até. Para alguns notadamente os menos informados imaginam que o terror toma conta do país e que por certo há um guerrilheiro escondido atrás de cada pilastra, pronto a desferir balas mortíferas no primeiro que passar. Esse é o pensamento (melancólico) de todos aqueles que leem alguns jornais mais sensacionalistas ou principalmente falam sobre a Argentina com pessoas desinformadas sobre o que seja realmente uma revolução política. (Correio Braziliense, 13/12/1976, p. 7).

Em tom irônico, o Correio Braziliense minimiza a gravidade da situação, sugerindo que a imagem de um país marcado pelo terror teria sido construída por percepções sensacionalistas ou por pessoas desinformadas. Essa escolha de discurso desloca a responsabilidade da violência para a percepção pública, além de normalizar a repressão ao apresentá-la como fruto de exageros narrativos. Embora o texto seja assinado por um colunista, cabe ao jornal a escolha de publicá-lo, dar voz aos sujeitos ou silenciar versões. Dessa forma, a responsabilidade discursiva recai sobre o periódico, que cede espaço e visibilidade a essa perspectiva. A imprensa não apenas informa, mas interpreta e, neste caso, contribui para a percepção que o governo autoritário buscava veicular.

Apesar dos receios internacionais e das debilidades internas, a sede da Copa de 1978 permaneceu na Argentina. Gradualmente, consolidou-se a narrativa de que o governo poderia resolver os problemas, com a FIFA atuando como sustentação e legitimidade. Um dos motivos pelos quais a entidade defendia a continuidade da organização argentina era o rodízio já estabelecido entre continentes para sediar o Mundial. A edição de 1974 foi na Alemanha Ocidental e, a seguinte deveria ocorrer na

América do Sul. A quebra desse rodízio geraria desconfortos para a FIFA, conflitos entre os países e pouco tempo para que um país europeu pudesse se organizar adequadamente.

Entretanto, esse posicionamento da entidade não foi apenas técnico, mas também político, manifestado sobretudo pela figura do presidente da FIFA naquele período. Jean-Marie Faustin Goedefroid de Havelange nasceu em 1916, no Rio de Janeiro, e atuou como advogado, empresário e atleta olímpico. Em 1958, tornou-se presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), seu sucesso à frente da entidade impulsionou sua eleição como presidente da FIFA em 1974, tornando-se o primeiro não europeu a ocupar o cargo.

Durante seu mandato (1974-1998), impulsionou a expansão dos campeonatos mundiais feminino e juvenil e aumentou o número de federações vinculadas à FIFA. Além disso, aplicou a lógica empresarial ao futebol, promovendo-o como publicidade e espetáculo, ampliando as transmissões televisivas e a venda de direitos para aumentar a arrecadação. Ao aplicar esse modelo na Copa de 1978, Havelange tinha consciência de que um sistema de televisão deficiente seria prejudicial ao torneio. Por isso, foi responsável por viabilizar o apoio técnico da TV Globo para as transmissões internacionais, valendo-se de suas estreitas relações com o diretor da emissora.

Havelange tinha grande influência e poder graças à extensa rede de relacionamentos que possuía, o que explica o sucesso de seu período como presidente. Ademais, seu comportamento reforçava o “caráter neutro” da FIFA, já que ele conseguia facilmente transitar entre governos autoritários e democráticos, defendendo que seriam estabelecidos diálogos e acordos independentemente do regime ou da ideologia vigente.

Segundo ele, a FIFA não trata de política, mas de futebol: – Não tenho o direito de me intrometer na política de uma nação. A FIFA aceita qualquer Governo constituído e o argentino foi reconhecido pelo mundo depois de empossado no cargo – Da mesma maneira que a FIFA não trata de política, Havelange prefere não se intrometer em assuntos políticos. Diz que respeita mas não faz política. (Jornal do Brasil, 30/12/1977, p. 31).

Ao desvincular o futebol do contexto político, a FIFA contribuiu para legitimar o governo, reconhecendo-o como apto a sediar um dos maiores eventos esportivos do mundo. Pablo Llonto (2005) evidencia que o apoio de Havelange para a manutenção da Copa na Argentina resultou de uma troca de favores. Primeiramente, quando Videla autorizou a liberação de Paulo Antonio Paranaguá, filho de um diplomata brasileiro que

havia sido preso na Argentina em 1977. Em seguida, quando a *Asociación del Fútbol Argentino* (AFA) foi um dos apoiadores da candidatura da Havelange.

Ao deixar Buenos Aires Havelange assegurava à imprensa mundial que a Argentina está plenamente capacitada para promover essa competição e que nada existe no país que justifique boatos e informações truncadas sobre o seu cancelamento. (Correio Braziliense, 10/12/1976, p. 16).

Além de desqualificar as denúncias sobre a violência e repressão, Havelange, ao caracterizar a Argentina como capacitada, assume – ainda que aparentemente em um tom técnico – um papel político, pois sua palavra possuía peso de veracidade e confiança perante a comunidade internacional. Nesse jogo político disfarçado de esportivo, não apenas Videla, mas também Havelange instrumentalizavam o torneio, uma vez que se tratava do primeiro Mundial sob seu comando, e ele sabia que um eventual cancelamento prejudicaria sua imagem. Ambos precisavam que o campeonato ocorresse e da melhor forma possível.

Com relação à Copa do Mundo, Havelange voltou a afirmar que a sede, em 1978, será a Argentina, e que só os argentinos poderão desistir do patrocínio. Até o momento – declarou o dirigente – não existe nada que possa fazer com a FIFA altere o local.

A Argentina está animada com a realização do Campeonato Mundial de 1978 e ninguém vai tirar-lhe o direito de organizar a grande festa do futebol – concluiu o presidente da FIFA. (Jornal do Brasil, 27/1/1976, p. 32).

Ao afirmar que apenas os próprios argentinos poderiam desistir da realização do Mundial, o dirigente desloca qualquer debate externo – seja sobre denúncias ou instabilidade institucional – para um plano irrelevante perante a instituição máxima do futebol. Havelange, ao destacar a alegria coletiva em receber o torneio, apaga simbolicamente os efeitos da repressão sobre o cotidiano argentino e atua em contraponto à cobertura crítica e às preocupações internacionais. Para os leitores brasileiros, a reportagem sugere que a questão política não afeta a animada população.

O Jornal do Brasil cita o jornal *L'Humanité*, órgão do Partido Comunista francês, que apresenta uma perspectiva diferente da alegria social veiculada por Havelange: “o povo argentino pede que se vá a seu país para ajudá-lo. Segundo o *L'Humanité*, o povo argentino não quer o isolamento, o silêncio e nem o esquecimento” (Jornal do Brasil, 13/1/1978, p. 23). Essa declaração revela uma dimensão social, na qual os argentinos apoiavam a presença de estrangeiros não em função da Copa, mas como forma de receber auxílio diante do regime autoritário que enfrentavam. Logo, é interessante perceber as diferentes perspectivas apresentadas pelos jornais sobre uma mesma população, que ora

assume uma postura alegre e receptiva, ora demonstra receio e sentimentos ambíguos diante do torneio.

4.3. Propaganda e economia: A Junta Militar e a organização da Copa como estratégia política

Durante a realização da Copa de 1978, a Argentina vivia uma conjuntura interna complexa. A justificativa central para a derrubada do governo peronista e a tomada do poder foi o combate à subversão. No entanto, em meados de 1978, a máquina de extermínio estatal já havia dizimado grande parte dos considerados “inimigos”. Com o elevado número de mortes e desaparecimentos, muitos centros de detenções foram desativados e os sequestros começaram a diminuir. Dentro das Forças Armadas, setores mais conservadores enxergavam esse momento com apreensão, pois temiam perda de poder e a possibilidade de uma abertura política como consequência.

Quase sincronizados, os comandantes da Marinha e da Aeronáutica, Almirante Massera e Brigadeiro Agosti, voltaram a agitar a “questão do poder”, insistem em que a Presidência deve ser exercida por um “quarto homem”, como delegado da Junta Militar (Comandantes das três armas), que é “órgão supremo da Nação”. Querem que Videla deixe de acumular a Presidência e o comando do Exército e perca a condição de “figura hegemônica do processo”. (Correio Braziliense, 14/8/1977, p. 8).

O trecho evidencia as tensões entre lideranças militares quanto à distribuição de poder, no qual sugeriu-se a criação de um “quarto homem” para diluir a concentração de funções de Videla. Dessa forma, o jornal transparece que o regime militar estava longe de ser homogêneo, sendo composto por facções militares, cujos interesses, projetos e posições nem sempre convergiam. No contexto da Copa de 1978, essas negociações e conflitos encontravam-se em plena efervescência.

De acordo com Novaro e Palermo (2007), em meio aos conflitos institucionais, a vitória sobre a subversão parecia o único ganho indiscutível do governo de Videla, que passou a reivindicá-la como sustentação. Assim, o governo optou por não desmontar o aparato repressivo – o que se evidencia na continuidade de ações violentas durante a Copa do Mundo –, mas ampliou sua atuação para outros âmbitos, como cultura e educação.

No contexto social, passados dois anos, o apoio inicial ao governo começava a declinar. Com o esvaziamento do inimigo interno, tornou-se necessário renovar a legitimidade da ditadura perante a população. É nesse cenário que a Junta Militar passou

a instrumentalizar sentimentos nacionalistas, utilizando o Mundial como veículo para despertar o patriotismo, de modo a imbricar os significados de nação e seleção.

Os sentimentos de pertencimento e representação nacional, particularmente visíveis nos embates e discursos articulados durante competições como a Copa do Mundo, constituem casos exemplares da capacidade de mobilização política do esporte em locais onde o futebol se fixou como significativo traço cultural. (Ribeiro, Marczal, 2021, p. 124).

O futebol ocupa um lugar central na cultura argentina e, por isso, emergiram debates sobre apoio e resistência em relação a realização da Copa do Mundo no país. Para alguns, torcer pela seleção e celebrar o Mundial eram ações que pertenciam exclusivamente ao campo esportivo. Para outros, apoiar a Copa significava contribuir com o projeto ditatorial, ainda assim, o vínculo afetivo com o futebol tornava quase inevitável o envolvimento emocional.

Esse conflito interno dos indivíduos expressa como o futebol foi um espaço simultâneo de paixão popular e disputa política. Dessa forma, Magalhães (2014) relata episódios em que detidos acompanhavam os jogos e chegavam a celebrar gols ao lado de seus próprios torturadores. Essa cena extrema revela como o futebol, enquanto manifestação de forte apelo emocional, pode momentaneamente suspender – ou ao menos deslocar – a percepção da violência estatal em curso.

Hobsbawn (1990) destaca que os Estados modernos passam a se apropriar do nacionalismo como forma de conquistar coesão social e legitimar seu poder. Isso ocorre, sobretudo, pela instrumentalização de símbolos nacionais. No caso argentino, o futebol constitui um desses símbolos centrais, pois integra profundamente a identidade coletiva e mobiliza afetos compartilhados. Assim, o esporte torna-se um espaço privilegiado para a produção de adesão simbólica ao Estado, que poderia produzir consenso social.

As ambições da ditadura iam além da mera repressão; seu objetivo final era o consenso. A Junta buscava impor uma compreensão estável do momento político argentino ao resto da sociedade. Pretendia ocultar os desaparecimentos, a tortura e os assassinatos e, quando isso não fosse possível, atribuir um significado banal a esses atos. Na retórica militar, as flagrantes violações dos direitos humanos eram retratadas como práticas excepcionais e temporárias, aplicadas a grupos restritos habilmente selecionados. (Roldán, 2007, p. 134, tradução nossa).

Nesse sentido, o regime ditatorial procurou convencer a população, sobretudo aqueles cujos direitos políticos já estavam marginalizados pelo autoritarismo, que a violação dos direitos humanos era apenas uma consequência inevitável e indispensável da guerra contra a subversão. Assim, difundia-se a ideia de que, uma vez eliminado esse

“mal”, tais práticas já não seriam mais necessárias. É nessa lógica que a Copa do Mundo de 1978 se constituiu como uma oportunidade estratégica para consolidar essa narrativa.

A primeira grande oportunidade de projetar suas imagens para o país e para o mundo, tendo como fundo já não cenários oficiais, mas o próprio povo que aderiu de corpo e alma ao espetáculo desportivo-político, para saudar generosamente seus jogadores, heróis nacionais. Nenhum regime perderia esta ocasião de capitalizar a empolgação nitidamente popular e procurar canalizá-la em direção a outros objetivos. (Jornal do Brasil, 26/6/1978, p. 15).

O jornal, ao descrever o fato, reconhece a dimensão política da imagem construída pela Copa e sua função de reconfigurar a percepção pública sobre o regime militar. Ao afirmar que o povo “aderiu de corpo e alma”, o texto sugere que o envolvimento popular se apresentava como uma oportunidade a ser explorada e que “nenhum regime perderia esta ocasião de capitalizar” em benefício próprio. De fato, outros governos seguiram a mesma lógica, como a ditadura militar brasileira na Copa de 1970. Entretanto, ao apresentar essa estratégia como algo quase natural ou esperado, o jornal acaba suavizando o caráter político da operação discursiva.

Para reforçar a narrativa oficial e mobilizar o consenso por meio do nacionalismo, o Mundial deveria apresentar-se como um evento exemplar em termos de organização e planejamento. Com esse objetivo, o regime militar instituiu, por meio do decreto-lei nº 21.349, o Ente Autárquico Mundial (EAM), responsável por coordenar e administrar todos os aspectos organizacionais do Mundial.

Figura 1 – Logo da Copa do Mundo da Argentina (1978)



Fonte: FIFA (Divulgação)

As disputas internas nas Forças Armadas também afetaram a estrutura da EAM. Videla nomeou o general Omar Actis para presidir o EAM, porém Emilio Eduardo Massera – membro da Junta Militar – impôs Carlos Alberto Lacoste como segundo nome. O ambiente era de conflitos constantes, sobretudo porque Actis defendia uma gestão mais moderada e contrária aos gastos excessivos. Em agosto de 1976, Actis foi assassinado em circunstâncias controversas, com suspeitas recaindo sobre setores da Marinha ligados a

Massera. Após sua morte, embora o general Antônio Merlo assumisse formalmente a presidência, era Lacoste quem controlava o órgão na prática.

Ainda que discordassem em vários aspectos, as lideranças militares estavam de acordo quanto ao uso propagandístico da Copa do Mundo. Com o objetivo de qualificar as propagandas, o EAM contratou a Burson Masteller, agência de relações públicas sediada em Nova York. Especializada em campanhas de “gestão de imagem” para regimes autoritários, a empresa ficou responsável por difundir a estratégia governamental de ocultamento dos crimes e valorização da boa imagem.

O lapso entre o início da emissão televisionada do Mundial de Futebol será utilizado para oferecer ao mundo, sob forma de documentários, “uma visão vital e profunda da Argentina”. Esta visão (...) da entidade autárquica mundial-78, abrange as belezas naturais do país, bem como sua realidade econômica, cultural e esportiva. Trata-se de 38 filmes, que constituirão o prólogo de outras tantas partidas de futebol. (Correio Braziliense, 30/5/1978, p. 23).

Os documentários tratavam-se de uma construção estética e destinada a colocar na memória o país de belezas naturais, moderno, estável e culturalmente vibrante, ao mesmo tempo que visava apagar da cena pública a violência política. Essa estratégia revela que a ditadura não se sustentava apenas pela força física, mas também por uma dimensão simbólica, construída por meio de imagens e discursos produzidos pela propaganda. Para potencializar essa operação, a Burson Marsteller organizava ações de alcance internacional, como o convite a jornalistas e personalidades estrangeiras para visitas guiadas ao país, além de promover eventos culturais no exterior. Internamente, financiava festivais culturais, espetáculos de dança nas cidades argentinas, para demonstrar uma Argentina “viva” e “celebrante”.

A Copa Mundial se converte em uma excelente instancia publicitária ao país. O país e seus esforços estão nas notícias diariamente. Também suas práticas culturais e políticas são examinadas, comentadas e explicadas. O governo quer mostrar um país atrativo ao mundo por seus veículos de comunicação de massa (Dowdle, 2011, p. 20, tradução nossa).

Hobsbawn (1990) afirma que o uso de espetáculos públicos e da propaganda ajudam a construir o sentimento nacional, rompendo com as barreiras entre as esferas pública e privada. Aplicada ao contexto argentino, essa lógica mostra a Copa do Mundo como grande espetáculo público, enquanto a propaganda se difundia pelos meios de comunicação. Para isso, criou-se a emissora “Argentina78TV” para transmitir os jogos, com programação rigidamente controlada, na qual cada força militar exercia influência

sobre determinados canais. Assim, tornava-se impossível divulgar o que verdadeiramente ocorria no dia a dia do país.

Ainda na perspectiva do autor, a propaganda, além de constituir uma ferramenta de manipulação, também promove o envolvimento emocional dos indivíduos, fortalecendo o patriotismo. Um exemplo significativo é a música oficial da Copa de 1978, composta por Martin Darren. Sua letra convoca a união nacional, algo perceptível já nos versos iniciais “25 milhões de argentinos, jogaremos o Mundial”. A mensagem central da letra sugere que a participação coletiva seria elemento decisivo para alcançar vitórias e êxitos. Entretanto, esse apelo pode ser compreendido para além do plano esportivo: ao propor o envolvimento do povo, convoca-se também a conformidade, a obediência e a disciplina social necessárias para sustentar o projeto político do regime.

O slogan oficial também remete a coletividade: “*El Mundial tenemos que jugarlo todos los argentinos*”. Silva (2010) analisa que a expressão “*tenemos que*” sugere que o enunciador não apenas recomenda ou orienta a ação, mas também se inclui como participante ativo, sendo parte do coletivo responsável por realizá-la. Dessa forma, a propaganda oferecia a “multidão de torcedores e ao espectador solitário a sensação de pertencer a algo, de poder compartilhar das mesmas emoções das pessoas envolvidas no espetáculo esportivo em toda a nação” (Drumond, 2009, p. 417).

Figura 2 – Mascote da Copa do Mundo da Argentina (1978)



Fonte: CINEPOP, 2022

A mascote, elemento típico das Copas, também reforçou símbolos coletivos. O “Gauchito”, representado como um gaúcho – figura tradicional valorizada pela ditadura – ajudava a compor a imagem de um país enraizado em suas tradições. Dowdle (2011) analisa a construção visual da mascote e seus significados: mostra que seu corpo robusto e peito inflado expressavam uma “argentinidade” ligada à força natural e popular, em contraste com o físico europeu visto como resultado de disciplina atlética.

Fazer da Copa do Mundo uma vitrine política foi fundamental para o governo argentino. Entretanto, essa realização grandiosa implicou em custos econômicos elevados, que recaíram sobre um país já fragilizado por inflação, endividamento externo e desequilíbrios financeiros. O Mundial, para além suas dimensões políticas, culturais e simbólicas, foi também um investimento de alto risco financeiro, cujos efeitos repercutiram diretamente na população e na economia nacional nos anos seguintes.

“Estamos tentando mostrar ao mundo que somos um povo ordeiro, capaz de grandes realizações, e não um país permanentemente convulsionado por ações terroristas. É preciso apagar essa falsa imagem. Nossos estádios, como toda a Copa do Mundo, são um meio e não um fim. Um meio de provar que nada é impossível para o povo argentino”. (Jornal do Brasil, 2/4/1978, p. 59).

A fala do presidente do EAM, Antonio Luis Merlo, demonstra como os investimentos em infraestrutura não tinham apenas finalidade funcional, mas também valor propagandístico, “um meio de provar que nada é impossível para o povo argentino”. Para isso, foram feitos altos investimentos em estádios, canais de comunicação e reformas urbanas. Entre essas iniciativas, destacou-se a operação *El Barrio*, um projeto de limpeza que implicou na remoção de moradores considerados “indesejáveis” e na eliminação de espaços vistos como degradados nas áreas próximas aos estádios e aos principais circuitos turísticos. O objetivo da operação era “embelezar” o país de modo a corresponder as ideias de progresso e desenvolvimento articulados pela Junta.

Esses gastos exacerbados decorreram, sobretudo, dos prazos reduzidos para a execução das obras, além da total liberdade financeira da EAM. Essa autonomia foi possibilitada por decretos-leis que permitiram à entidade gastar e administrar recursos sem mecanismos efetivos de fiscalização.

O Campeonato Mundial de 1978 já não está sendo visto com bons olhos por todos os observadores do sistema econômico argentino, muitos dos quais o consideram até uma fonte evasora de dívidas e mais uma causa determinante da inflação. (Jornal do Brasil, 26/4/1977, p. 33).

O trecho revela que, ainda antes da realização da Copa do Mundo de 1978, os gastos com o evento já geravam preocupação e desconfiança. A notícia demonstra a existência de um contraponto ao discurso oficial, indicando que a realização da Copa não foi unanimidade e que havia setores que a percebiam como um fator de agravamento da crise econômica. Entre os mais críticos desses desembolsos estava Juan Aleman, Secretário de Fazenda, e José Martínez de Hoz, Ministro da Economia.

“Se não fosse pelo mundial, teríamos um déficit menor, menos emissão e inflação”, acentuou. Segundo a autoridade governamental, o Campeonato

Mundial “constitui um grave erro herdado do governo anterior e não deveria ter sido feito”. Alemann estimou que o certame provocou perdas de 700 milhões de dólares. Algumas obras são serviços permanentes, como aeroportos e estradas, mas “outros serão como elefantes brancos”. (Correio Braziliense, 3/2/1978, p. 20).

O Secretário menciona os chamados “elefantes brancos”, expressão utilizada para designar obras grandiosas que, além de não atenderem necessidades efetivas, implicam em altos custos de construção e manutenção. A crítica faz referência aos estádios construídos por meio de empréstimos estatais concedidos aos clubes, sem considerar que muitos deles provavelmente não teriam condições de quitar essas dívidas posteriormente. Quando Aleman menciona a perda de milhões de dólares, ele se refere a gastos insustentáveis e por vezes, infrutíferos – como a reforma do aeroporto de Ezeiza, que não foi concluída a tempo, e o projeto de transmissão interna da televisão em cores, que acabou não sendo implementado plenamente.

Segundo a visão de Aleman e Hoz, os gastos com o Mundial não gerariam retorno econômico efetivo e tendiam a agravar o quadro inflacionário. Inicialmente, estimava-se um custo de 70 milhões de dólares. No entanto, conforme dados de Roldán (2007, p. 133, tradução nossa) “oficialmente, foram declarados mais de 520 milhões em despesas, das quais apenas 9,6 milhões foram recuperadas”. Portanto, observa-se que a ditadura não impôs limites nem para o bom espetáculo, nem aos recursos empregados para realizá-lo.

4.4. Violência e controle da informação: O torneio sob o silêncio da repressão

A realização da Copa do Mundo de 1978 ocorreu simultaneamente a um dos períodos mais violentos da história argentina, marcado pela repressão sistemática, desaparecimentos forçados e censura promovidos pela Junta Militar. Nesse contexto, Quadrat (2011) problematiza a noção de “porões da ditadura”, expressão que sugere que a sociedade estava aquém dos crimes cometidos.

A grande maioria das detenções realizadas pelas forças de repressão ocorreu em locais públicos e durante o dia. Reforça ainda essa noção o fato de que muitas vezes os familiares dos atingidos pela repressão eram isolados pelos vizinhos. A ideia que predominava na sociedade é que “algo eles haviam feito”. O mesmo vale para o trabalho de identificação dos centros de detenção considerados clandestinos. Alguns eram ao lado de escolas, em delegacias, em bairros residenciais, em oficinas e casas. (Quadrat, 2011, p. 261-262).

O trecho evidencia que a repressão operava de forma aberta, não restrita apenas à clandestinidade ou a espaços ocultos, mas integrada ao cotidiano social. Esse contexto

era sustentado por ambiente político no qual o medo e a suspeita eram naturalizados, alimentado por um organizado aparato estatal.

Ainda que o governo promovesse um rígido esquema de segurança desde o golpe de 1976, durante a Copa do Mundo de 1978 essa vigilância aumentou ainda mais. Ampliou-se a presença de militares e policiais nas ruas, com objetivo de controlar o comportamento da população e impedir a ação de grupos opositores. Esse reforço estava relacionado ao receio dos turistas em comparecer ao campeonato. Por essa razão, a FIFA pressionava constantemente o governo argentino para que oferecesse garantias de segurança, sobretudo em relação à possibilidade de atentados durante o torneio.

A preocupação dos argentinos para com a segurança está se transformando quase que numa atração à parte. Ontem a delegação da Áustria só saiu do hall do aeroporto depois que o caminho até o ônibus estava completamente livre. E, seguindo o ônibus até a concentração, iam: três batedores, três carros de polícia com sirenes ligadas, dois carros com agentes, em trajes civis, armados, um furgão blindado e uma ambulância com um médico e dois enfermeiros. (Correio Braziliense, 28/5/1978, p. 32).

O relato aponta como o aparato de segurança montado pela Junta Militar operava também como um elemento de espetáculo. O exagero e o cuidado buscavam produzir a sensação de ordem e controle absoluto. Sob essa lógica, quanto mais visível fosse a segurança, mais invisível deveria se tornar a repressão. Ao mesmo tempo, esse cenário revela a preocupação da ditadura com atentados diante de delegações estrangeiras e da imprensa internacional, pois sabia que isso comprometeria a imagem de normalidade e levantaria suspeitas acerca do sucesso do torneio.

Mesmo com toda a preocupação e o aparato de controle, houve contratempos. Cerca de três semanas antes do início da competição, uma bomba colocada em um carro estacionado no subsolo do Teatro Municipal General San Martin – local onde estava sendo instalando o Centro de Imprensa da Copa – explodiu. Como consequência, um policial ficou ferido e outro morreu ao tentar desativar o artefato.

Segundo o Correio Braziliense (11/5/1978, p. 8), uma fonte envolvida na organização da Copa afirmou que a bomba “prejudicará os preparativos para o campeonato de futebol”. Para reafirmar seu controle sobre a situação e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos da explosão, Carlos Lacoste declarou: “Isto não nos afeta, apenas o estacionamento”. Tal estratégia discursiva procura despolitizar o episódio, conduzindo-o a uma reação de aparente normalidade – como se nada estivesse fora de controle. Ainda segundo a reportagem, pouco antes do atentado, o Exército havia anunciado a realização

de testes dos esquemas de segurança para o Mundial, incluindo simulações de sequestros e ataques terroristas, com objetivo de preparar a população para eventuais incidentes.

Esse episódio desperta o temor de que ações semelhantes pudessem ocorrer nos estádios, nos hotéis ou atingir diretamente turistas e delegações. O Correio Braziliense evidencia esse cenário ao destacar as precauções adotadas pelas equipes que disputariam a Copa. Segundo o jornal, as seleções de futebol que participariam do torneio “cercam-se de medidas de segurança só comparáveis às dos israelenses em relação aos terroristas árabes” (Correio Braziliense, 28/5/1978, p. 4). O fato de muitas equipes optarem por levar seus próprios esquemas de segurança revela a desconfiança internacional quanto à capacidade do regime de garantir a segurança.

Comprovando as suspeitas das delegações e dos turistas, o jogo e a tortura não estavam, de fato, tão distantes. O Estádio Monumental de Núñez, principal palco do torneio, localizava-se cerca de 800 metros da ESMA, um dos maiores centros clandestino do período. Assim, enquanto no Monumental se ouviam gritos de comemoração, na ESMA ecoavam gritos de dor. A aceitação silenciosa dessas prisões pela população não se explicava apenas pelo medo, mas também pela eficácia de um discurso constantemente reproduzido pelos meios de comunicação, que moldava as percepções sociais e despolitizava o terror cotidiano.

Portanto, a mídia desempenhou papel central na sustentação da narrativa oficial. Para os veículos jornalísticos que chegavam ao país para a cobertura da Copa do Mundo, o governo militar argentino organizou uma reunião de orientação, na qual advertiu que não deveriam ser publicadas matérias capaz de servirem de propaganda à subversão.

Os diretores das agências locais e estrangeiras e seus principal assessores foram convocados pelo Ministro do Interior, General Albano Harguindeguy, a Casa Rosada, onde, em seu gabinete, “suguiu” a todos que informassem com “a maior objetividade possível”. Esclareceu que não se referia as notícias esportivas, mas “as manifestações de cunho político que podem ocorrer durante o Mundial”. (Jornal do Brasil, 25/5/1978, p. 25).

A noção de objetividade, nesse contexto, funcionava com um código de silenciamento e alinhamento discursivo. A orientação não era um pedido, mas um aviso para que nada impedisse o projeto de autopromoção da ditadura. A Secretaria de Estado de Imprensa e Difusão, criada em 25 de março de 1976, publicou catorze princípios e procedimentos que deveriam ser seguidos pelos jornalistas e agências de comunicação.

De acordo com informações oficiais, a violência política diminuiu nos últimos meses, se comparada com o clima de poucos anos atrás. Ainda segundo as autoridades, as mortes diretas ou indiretas provocadas por essa violência chegaram a 677 ano passado, contra 15 este ano, entre supostos terroristas e membros das forças de segurança. (Jornal do Brasil, 9/4/1978, p. 34).

Nesse trecho nota-se, por exemplo, que o periódico brasileiro reproduz dados que comprovavam uma suposta diminuição da violência política, acompanhados da justificativa de que as ações repressivas ocorridas teriam sido “necessárias”, pois eram voltadas contra “supostos terroristas”. No entanto, trata-se de números produzidos e divulgados pelo próprio governo militar, sem a apresentação, na mesma matéria, de qualquer contraponto a partir de fontes independentes ou de grupos de direitos humanos, demonstrando o privilégio por um tipo de discurso nesta ocasião. Logo, é possível perceber como o fluxo de informação internacional também acabou, de certa forma, submetido ao filtro das diretrizes dos militares argentinos.

Nesse movimento de restrição jornalísticas, as pautas foram delimitadas: só poderiam ser divulgadas notícias que reforçassem valores tidos como benéficos à sociedade, sendo proibido publicar ideias subversivas ou notas da imprensa estrangeira que envolvesse denúncias. Além disso, atividades investigativas ou críticas à atuação da seleção nacional também não eram permitidas. Todas as restrições também estavam descritas no *Programa de Comunicaciones Internacionales para la Argentina*, elaborado pela Burson Masteller.

Tal documento incluía, por exemplo, a proposta de um curso para os funcionários internos do regime, que abrangeria questões como o tratamento sugerido a grupos e organizações internacionais que realizavam denúncias contra o regime (...) A imprensa internacional precisava ser “controlada”, já que era a principal difusora das críticas ao *Proceso*. A proposta da agência foi agressiva: colocar jornalistas e matérias infiltrados nos grandes jornais mundiais. (Magalhães, 2014, p. 120).

O Jornal do Brasil revela que havia também uma identificação e vigilância sobre os jornalistas estrangeiros. Segundo o periódico (Jornal do Brasil, 17/3/1978, p. 32), os adeptos da Junta Militar recebiam um cartão azul de identidade, enquanto os não adeptos ou suspeitos eram identificados com uma credencial vermelha. O cerceamento não se restringiu aos profissionais da imprensa, se estendendo até os árbitros que atuariam no Mundial. Estes foram informados que estavam proibidos de escrever artigos sobre os jogos sem autorização prévia da Comissão de Árbitros da FIFA.

Muitos jornalistas seguiram as determinações do regime movidos pelo medo e pela coerção. Contudo, o controle rígido não atingiu todos da mesma forma, pois também

houve profissionais que buscaram resistir por meio de suas profissões, propiciando um fluxo de informações que desafiava a circulação controlada da propaganda oficial argentina.

A Grã-Bretanha vem realizando uma campanha contra a Argentina, chegando ao ponto de sugerir que os jornalistas escolhidos para cobrir a Copa do Mundo deveriam se concentrar mais na situação política do país do que nos jogos. Os leitores britânicos, alegam, estão mais interessados em notícias sobre presos políticos do que com a cobertura esportiva. (Jornal do Brasil, 15/5/1978, p. 8).

Ao privilegiar a situação política mesmo em meio à cobertura esportiva, alguns jornalistas buscavam revelar as contradições do regime e registrar aspectos que o Estado tentava ocultar. Assim, buscavam defender o jornalismo como instrumento público de informação, e não como mera propaganda oficial. Essa postura, porém, atraiu a atenção do governo argentino, que respondeu com violência e repressão contra esses profissionais. A exemplo tem-se o caso do francês Jean-Pierre Clerc, enviado do *Le Monde* a Argentina por dez dias para colher informações para a produção de reportagens antes da abertura da Copa.

Clerc foi preso ao descer do ônibus quando chegava ao Aeroporto de Ezeiza, onde embarcaria num avião da Air France com destino a Paris. (...) Clerc foi levado pelos policiais, por volta das 18 horas, sendo interrogado até 23 horas. Depois do interrogatório, o jornalista teve de assinar uma declaração na qual reconheceu ter estado de posse de “documentos subversivos e outros prejudiciais ao país”. (Jornal do Brasil, 24/5/1978, p. 13).

A assinatura da declaração de posse de “documentos subversivos” funcionava como uma admissão de culpa, servindo para justificar a prisão e interrogatório conduzidos pelos policiais. Outro episódio de censura, associado à violência, ocorreu no primeiro dia de treino da seleção argentina: três fotógrafos foram detidos no Estádio do Rosário Central por terem filmado a expulsão dos demais jornalistas pelos soldados do Exército.

Documentaram com suas máquinas a cena insólita: soldados armados até os dentes discutindo e empurrando jornalistas munidos de lápis e papel. Os três foram presos e recolhidos a uma sala do estádio, cujas portas permaneceram trancadas durante cerca de uma hora. Quando de lá saíram (...) nenhum dos três ousou comentar o que passara lá dentro enquanto as portas estavam fechadas. Limitaram-se a dizer que não tinham mais os filmes e se retiraram imediatamente do estádio. (Jornal do Brasil, 13/6/1978, p. 24).

A cena chama atenção pelo contraste entre soldados fortemente armados e repórteres munidos apenas de câmeras, lápis e papel. Demonstra também como até situações cotidianas, como um treino de futebol ou o simples ato de fotografar, podiam ser interpretados como ameaça. A breve prisão dos jornalistas cumpriu duas funções:

eliminar as provas, com confisco do material, e produzir medo, resultando em autocensura, visível quando os jornalistas saem do interrogatório sem relatar o ocorrido.

Os dois casos apresentados só foram divulgados na imprensa porque interessavam ao governo Videla, funcionando como exemplo de resposta estatal e alerta. Tornavam-se, assim, instrumentos de intimidação para desencorajar outros jornalistas de investigar e divulgar informações que contrariassem a narrativa oficial.

4.5. Copa, direitos humanos e protestos: Os militares diante do olhar internacional

Em 1978, além da Copa do Mundo, a Argentina sediou o 12º Congresso Internacional de Câncer, ambos realizados em meio ao desgaste da reputação do país no exterior. Organizações como a Anistia Internacional, familiares de desaparecidos, exilados e partidos políticos de esquerda visavam tornar público os crimes de Estado, enquanto a pressão também crescia por parte de governos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos.

Sob o governo de Jimmy Carter (1977-1981), os Estados Unidos adotaram uma postura diferente em relação às ditaduras da América do Sul. Se anteriormente desempenhava o papel de grande financiador e aliado dos militares, agora incorporava a defesa dos direitos humanos como critério de sua política externa.

As relações com Washington passam por uma fase crítica, e, enquanto o Departamento de Estado sofrer a influência do grupo mais radical na defesa dos direitos humanos, não haverá uma melhora, pois nada indica que o regime argentino esteja disposto a ceder nesse tema. (Jornal do Brasil, 26/6/1978, p. 15).

Com setores do Departamento de Estado adotando uma postura mais crítica à repressão, Washington passou a exercer pressão diplomática sobre a Junta Militar. O jornal indica que a Argentina não demonstrava disposição em atender às demandas estadunidenses, o que ampliava o distanciamento entre os dois países. Ainda assim, preservar boas relações com os Estados Unidos era fundamental para o regime militar, tanto pela influência internacional quanto pelo acesso a créditos externos em meio à crise econômica.

Nesse contexto, o regime decidiu convidar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para uma visita oficial. Embora inicialmente resistissem à entrada da comissão, a pressão de ativistas, familiares de desaparecidos e da Organização dos Estados Americanos (OEA) levou à negociação da visita a partir de 1978. A Junta

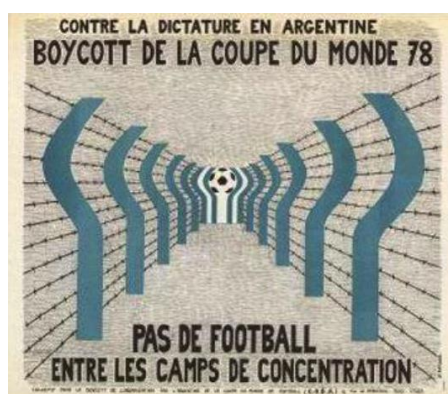
acreditava que, ao negar a existência do terrorismo no país, poderia reduzir o desgaste internacional. Para isso, adotou uma estratégia de ocultamento: centros clandestinos foram esvaziados, documentos desapareceram e prisioneiros foram transferidos.

A visita durou catorze dias, durante os quais a CIDH realizou entrevistas e coletou depoimentos. Apesar das tentativas de dificultar as inspeções por meio da encenação de normalidade institucional e do apagamento de evidências, o relatório final foi publicado em 1980. Seu conteúdo confirmou o maior temor de Videla: a existência de graves e sistemáticas violações dos direitos humanos. O documento tornou-se central para a atuação das organizações e serviu de base importante para a justiça de transição posterior.

O golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, foi o que colocou a América Latina como pauta de alerta na agenda internacional de direitos humanos. A repercussão da brutalidade do regime de Augusto Pinochet gerou sensibilização na opinião pública mundial, de modo a construir redes transnacionais de solidariedade e denúncia, que passaram a incluir o caso argentino. Assim, quando confirmada a realização da Copa do Mundo na Argentina, surge na Europa a ideia do boicote ao evento.

O Comitê de Boicote à Copa do Mundo na Argentina (COBA) foi criado na França em 1977, articulado por grupos da esquerda francesa. Seu movimento rapidamente ganhou projeto internacional, recebendo apoio de países como Espanha, Suíça, Holanda, Alemanha, Dinamarca. Suas ações estavam relacionadas a publicação de manifestos, abaixo-assinados em prol do boicote e manifestações nas ruas.

Figura 3 – Cartaz da COBA em protesto contra a ditadura argentina e a realização da Copa do Mundo de 1978 no país.



Fonte: Dias, 2015, p. 35.

O cartaz é um exemplo emblemático dos materiais produzidos pelo COBA, articulando crítica política e linguagem visual. A frase “passe de futebol entre os campos de concentração” estabelece uma conexão direta entre a realização da Copa do Mundo e o aparato repressivo do regime militar. Já a composição gráfica reforça a crítica ao transformar elementos tradicionais de divulgação do torneio, como a bola de futebol e o próprio símbolo do Mundial, em arames farpados, evocando visualmente os campos de concentração e lembrando que o espetáculo esportivo ocorria em meio a sequestros, torturas e violência promovidos pelo Estado.

O Comitê também recorreu a vias institucionais, enviando cartas a autoridades e apresentando denúncias a organizações mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, a intervenção efetiva foi impedida pelo veto da União Soviética, o que bloqueou qualquer ação da ONU sobre o país.

“O regime argentino distingue-se pelos tristes índices alcançados pelo terror. Manifestações internacionais como a Copa do Mundo e o Congresso de Cancerologia dão apoio ao regime que os organiza e permitem à Junta Militar melhorar sua imagem. Não são os partidários do boicote que politizam o esporte, e sim a Junta”, afirmam os pesquisadores franceses. Os pesquisadores disseram não acreditar na informação oficial de que há 500 presos políticos na Argentina, “pois entidades internacionais calculam em mais de 25 mil o número de desaparecidos”. (Jornal do Brasil, 7/4/1978, p. 13).

O Jornal do Brasil aponta como os defensores do boicote contestavam a retórica de que eram eles que politizavam o esporte, quando, na realidade era o governo ditatorial que o fazia. Ao questionarem os números oficiais de desaparecidos, buscavam romper o pacto de silêncio imposto pela repressão. Esses dados, mais do que estatísticas, assumiam caráter político, uma vez que a Junta buscava reduzir o número de presos políticos a poucas centenas, minimizando assim suas ações repressivas. Tal manipulação e controle da informação são marcas típicas de regimes de exceção.

“Não se jogará futebol entre campos de concentração e câmaras de tortura. A Copa do Mundo não deve realizar-se, portanto, nem na Argentina nem em país algum em que sejam achincalhados os direitos humanos” E os signatários prometem, através do comitê que criaram, não poupar esforços para impedir que a Copa seja realizada em Buenos Aires. “Nestas condições” – afirmam os signatários do apelo – “devemos por acaso endossar a junta militar argentina que faz da Copa do Mundo um novo instrumento de seu regime de terror?” (Jornal do Brasil, 19/2/1978, p. 16).

Ao afirmar que o Mundial não deve ocorrer em nenhum país que desrespeita os direitos humanos, os protestos indicam que a crítica não se restringia à Argentina, mas se estendia a qualquer regime ditatorial que instrumentalizasse eventos esportivos para autopromoção. A frase “não se jogará futebol entre campos de concentração e câmaras

de tortura” nomeiam e expõe explicitamente as violações ocorridas na Argentina, confrontando diretamente o discurso oficial de segurança e calma.

Internamente, as mobilizações de denúncia começaram ainda no governo de Isabelita Perón e, embora tenham continuado durante o Processo de Reorganização Nacional, não surgiram de imediato como movimentos amplamente organizados. No início da ditadura, o clima de terror e a desarticulação política dificultavam a construção de respostas coletivas. Além disso, a autonomia das províncias foi limitada pela nomeação de interventores militares, o que enfraqueceu a articulação de uma resistência nacional e resultou em respostas locais e fragmentadas (Chan, 2022).

Ainda assim, à medida que a ditadura aprofundava a violência, diversos grupos se recusaram a viver sob o silêncio imposto pela ditadura. A resistência assumiu formas variadas – da luta armada a iniciativas culturais e sociais – algumas mais duradouras, outras rapidamente desmanteladas. Entre esses movimentos, destacam-se os Montoneros e as Mães da Plaza de Mayo, cujas trajetórias evidenciam as singularidades no enfrentamento ao autoritarismo.

Os Montoneros foram uma organização político-militar surgida no final da década de 1960, de orientação peronista, nacionalista e anti-imperialista, influenciada por setores da Igreja Católica e pela luta armada inspirada por Che Guevara. Emergiram em meio à instabilidade política do governo Onganía e defendiam o retorno de Juan Domingo Perón, recorrendo a ações armadas e sequestros como forma de pressão. No entanto, após a volta de Perón em 1973, a relação se rompeu definitivamente quando o próprio líder condenou publicamente suas atividades, afastando o movimento do peronismo institucional.

O estilo dos Montos era voluntarioso, agressivo, violento. Nas manifestações de rua, hostilizavam os policiais que formavam os cordões de isolamento para conter as multidões. Gritavam insultos (“éguas putas, apátridas, gorilas”) e cuspiam nos capacetes e nas fardas. Isso lhes foi cobrado depois, quando iniciada a perseguição que ensanguentou o país. (Mariono, 2006, p. 36)

Mesmo sendo um dos grupos sociais mais perseguidos pela ditadura, os Montoneros continuaram suas ações armadas, adotando a atuação clandestina como principal forma de resistência. De acordo com Mariono (2006), apesar do governo militar e dos Montoneros praticarem ações terroristas, há uma diferença crucial entre essas práticas. Quando o terrorismo é cometido por indivíduos ou grupos, as vítimas mantêm o direito de defesa, podendo recorrer à Justiça. Entretanto, quando o Estado – sobretudo um

de viés ditatorial – é o agente responsável, esses meios desaparecem, ocorrendo o cerceamento de direitos e deixando as vítimas com poucas ou nenhuma opção de saída.

Com a aproximação do Mundial, os Montoneros propuseram uma trégua, deixando de realizar ataques durante o torneio. A decisão refletia o reduzido contingente do grupo naquele período, resultado de perseguições, mortes e exílios. Assim, concentraram seus esforços na campanha de divulgação internacional. Para eles, cancelar a Copa seria ineficaz, pois isolaria ainda mais a população argentina. Dessa forma, a prioridade era garantir a presença da imprensa estrangeira, cuja cobertura poderia expor ao mundo o clima de medo imposto pela ditadura.

“Achamos que o boicote não é uma política realista nas atuais circunstancias. Dizemos a todos: Venham! (...). Os jornalistas estrangeiros poderão conhecer in loco a realidade de nosso país. Oito mil policiais serão mobilizados para a sua segurança. Nos hotéis em que ficarão alojados, três quartos do pessoal serão substituídos por pessoas indicadas pela polícia. Nos estádios e nas praças forças consideráveis serão acionadas. Isto não mostra o clima que reina atualmente na Argentina? Quanto a nós desenvolveremos ações de propaganda para que a verdade seja conhecida”. (Jornal do Brasil, 8/4/1978, p. 1).

O propósito do movimento era permitir que os jornalistas percebessem a verdadeira face do cenário rigidamente controlado pelos militares. Ao chamar atenção para o reforço do policiamento e as mudanças nos ambientes frequentados por turistas, o grupo denunciava a militarização cotidiana, mascarada como recepção aos visitantes. Posteriormente, rompendo com o discurso de trégua, criaram a “*Comisión especial*’ 78 *del movimiento peronista montonero*”, promovendo ações como a instalação de bombas, distribuição de panfletos e até a interrupção da transmissão de um jogo da Copa.

A polícia informou que outros dois atentados ocorreram no centro de Buenos Aires sem causar vítimas. Num deles, uma bomba detonou espalhando panfletos por vasta área. Estes panfletos, assinados pelos montoneros, diziam: “Argentina campeã, Videla ao paredão”. A outra bomba explodiu perto do comando-geral do Exército. (Jornal do Brasil, 23/6/1978, p. 13).

As mensagens contidas nos panfletos relevam a estratégia dos Montoneros de disputar simbolicamente a Copa: enquanto o governo transformava o evento em vitrine de ordem, modernidade e unidade, os opositores buscavam utilizá-lo como palco para expor contradições, denunciar a violência e deslegitimar a figura de Videla justamente no momento em que ele mais buscava ser celebrado como líder nacional. A escolha dos locais para esses atentados reforçava essa simbologia, pois ocorreram em espaços centrais da capital do país e próximo ao comando-geral do Exército, outro importante ponto de poder dos militares.

Tais iniciativas evidenciam que, embora os Montoneros discordassem do boicote, reconheciam a instrumentalização da Copa do Mundo pela ditadura. Contudo, a resistência ao regime não se limitou às organizações armadas. Em outra frente, surgiu outra forma de mobilização de natureza completamente distinta, ancorada no cotidiano e no simbolismo: a das Mães da Plaza de Mayo.

Inicialmente, sua mobilização não tinha caráter político-partidário, apenas buscava a garantia de direitos básicos: a vida e a segurança de seus filhos desaparecidos, confrontando diretamente as ações e omissões do Estado. O movimento transformava a dor íntima em ação coletiva e visível.

Os “desaparecidos” deixavam de ser um fantasma para a população e passavam a atormentar o governo na figura de suas mães. Poeticamente, a oposição exercida pelos seus filhos continuava nelas mesmas de uma maneira comovente à grande maioria da população. (Freitas, Souza, 2007, p. 10).

A atuação dessas mulheres foi fundamental para politizar a maternidade, pois, como argumenta Cuchivague (2012), o modelo tradicional argentino tendia a restringir as mulheres à reprodução e à passividade, fazendo da maternidade seu projeto máximo de vida e limitando sua participação política à esfera privada. As Mães da Plaza de Mayo, porém, subverteram esse papel, transformando a maternidade em espaço de protesto.

Durante a Copa de 1978, a atuação das Mães ganhou projeção internacional. Enquanto ocorriam os jogos nos estádios, elas protestavam nas ruas, adaptando-se às restrições impostas pelo regime, que considerava aglomerações potencialmente subversivas. Para contornar isso, circulavam em duplas ao redor do monumento Belgrano, utilizando o silêncio como forma de denúncia e cobrindo a cabeça com panos brancos, simbolizando as fraldas de seus filhos e a proteção materna.

Algumas choravam, e ao serem interrogadas pelos jornalistas estrangeiros faziam suas queixas. “Queremos apenas saber se nossos filhos estão mortos ou vivos”, diziam perante as câmeras. Ainda na praça, alguns policiais tentavam, sem violência, impedir a caminhada, mas a coluna apenas mudava de rumo e seguia em frente. Pelo menos duas senhoras foram levadas para um carro policial. (...). Em nenhum momento elas receberam de qualquer espectador uma palavra de conforto. Ao contrário, os poucos dentro do público que se manifestavam o faziam, irados, para reprova-las, o que dava motivo a calorosas discussões. Um dos contra manifestantes foi solicitado por um policial a deixar o local, quando um grupo de mulheres o cercou aos gritos de “provocador” e “insensível”. (Jornal do Brasil, 9/6/1978, p. 13).

Ao reivindicarem informações sobre seus filhos, elas contestavam a narrativa oficial de que não havia desaparecimentos no país. Contudo, o periódico também revela que suas manifestações não eram amplamente aceitas pela população, que reagia com

hostilidade e críticas, reproduzindo, ainda que de forma inconsciente, a propaganda da ditadura de condenar qualquer ato de contestação. Assim, o episódio evidencia não apenas a bravura das Mães, mas também o isolamento social e descrédibilização que enfrentaram nos primeiros anos de mobilização.

A intervenção policial sem violência, relatada pelo jornal, evidencia como a presença de jornalistas restringia a ação dos agentes. Segundo Chan (2022), os policiais temiam a repercussão negativa de qualquer reação agressiva, já que as Mães eram reconhecidas internacionalmente e ataques poderiam gerar protestos globais. Aproveitando essa visibilidade, elas realizavam seus protestos na famosa Plaza de Mayo e, ao expor suas queixas diante das câmeras, transformavam o espaço público – controlado e vigiado pelos militares – em um local de denúncia.

Além disso, o registro de que ao menos duas senhoras foram conduzidas a um carro policial demonstra que, apesar da aparência de contenção moderada, a repressão seguia presente. Muitas delas foram vigiadas, perseguidas e até sequestradas, culminando no desaparecimento de três fundadoras do movimento – Esther de Balestrino, Azucena Villaflor e Mary Ponce de Bianco – após a publicação em um jornal dos nomes de crianças desaparecidas. Esse episódio demonstra o alto grau de intolerância do Estado argentino diante de qualquer manifestação social, tratando-a como ameaça inaceitável.

Alinhado ao movimento das mães, surgiram também as Abuelas de La Plaza de Mayo, dedicadas a localizar bebês nascidos nos centros de detenção e as crianças sequestradas junto com seus pais. O objetivo era restituir a identidade desses pequenos, cujas histórias foram apagadas pelo regime militar. Assim, trata-se de uma luta pela justiça, pela verdade e preservação familiar: não queriam que seus netos fossem subtraídos como seus filhos foram, desejavam cuidar deles e, ao mesmo tempo, manter viva a resistência contra o autoritarismo.

Como legado, foram criados bancos genéticos para identificação das crianças nascidas durante o período da ditadura, além de locais destinados à preservação de informações sobre os desaparecidos. Essas mulheres também impulsionaram políticas de memória e reparação, combatendo a impunidade e o esquecimento. Ao manter viva a luta de seus filhos, seu movimento fortaleceu a proteção aos direitos humanos e, até hoje, elas seguem buscando informações sobre filhos e netos, perpetuando suas histórias.

Por fim, apesar da não concretização do boicote internacional à Copa de 1978, as campanhas de denúncias dos Montoneros e as mobilizações das Mães da Plaza de Mayo foram cruciais para contestar a imagem impecável que a Junta Militar tentava projetar. Além disso, ampliaram significativamente o conhecimento internacional sobre a realidade argentina.

Em resposta aos protestos e o boicote, o governo argentino enquadrava essas ações como parte de uma campanha “anti-argentina”, atribuídas a opositores com objetivo de enfraquecer o país e sua autoridade. Essa leitura permitia deslegitimar qualquer forma de contestação. Ainda assim, esses grupos continuaram atuantes, alcançando resultados importantes, como o reconhecimento pelo Parlamento Europeu, em 1979, das práticas de terrorismo estatal na Argentina, contribuindo para o desgaste político e a deslegitimação do regime nos anos seguintes.

4.6. O Mundial sob suspeita: O confronto com o Peru e as marcas na memória

No Mundial de 1978, adotou-se um formato em que os oito times classificados da primeira fase foram divididos em dois grupos, sendo os vencedores de cada grupo protagonistas da final. Nesse contexto, o grupo B contou com os confrontos Brasil x Holanda e Argentina x Peru.

O decisivo confronto entre Argentina e Peru tornou-se um dos episódios mais marcantes e controversos da história do futebol, cercado por suspeitas de manipulação motivados por interesses políticos. Essa possibilidade de favorecimento não surgiu apenas após o jogo: jornais brasileiros já levantavam questionamentos sobre possíveis interferências antes mesmo do início do torneio.

Figura 4 – Charge satírica sobre o controle militar na Copa do Mundo de 1978



Fonte: *Correio Braziliense* (Brasília), 27 mar. 1976, p. 21. Charge.

Na charge, os militares aparecem como juízes e bandeirinhas, figuras responsáveis por zelar pelo cumprimento das regras e pelo andamento do jogo. Dessa forma, em um tom satírico, a imagem sugere que os resultados das partidas não dependeriam apenas do desempenho esportivo, mas estariam atravessados pelo controle político da Junta Militar. Assim, a ilustração articula humor, comentário social e denúncia política, indicando a suspeita de manipulação durante o torneio.

A jornada da Argentina na Copa do Mundo esteve cercada de controvérsias que frequentemente favoreceram a equipe anfitriã. Um dos episódios considerados suspeitos refere-se à alteração no horário das partidas do grupo B, que não ocorreram simultaneamente. Essa decisão permitiu à Argentina conhecer previamente o resultado necessário para sua classificação após a vitória brasileira por 3 a 1, que a colocou na obrigação de vencer por quatro gols ou mais.

Outro fato polêmico foi a visita de Videla e do ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, ao vestiário peruano. Na ocasião, levantaram-se suspeitas sobre pressões externas ou possíveis combinações que teriam influenciado o resultado da partida.

Kissinger é a “arma secreta” contra eles. Diplomatas argentinos servindo em Washington viram, (...) que ninguém do banco de Carter mostrou até agora envergadura suficiente para tirar de cena da primeira linha, o ex-Secretário de Estado. Ele é citado como chefe de um governo fantasma, de uma oposição “leal”, de um anti-establishment com poderes reais que incomodam seus sucessores. Qualquer declaração de Kissinger (...) é analisada em Moscou e Washington. Cairo e Jerusalém. O homem voltou a ser contato obrigatório de chefes de governo. (Correio Braziliense, 11/6/1978, p. 13).

A descrição de Kissinger como “arma secreta” faz alusão ao respaldo diplomático que ele possibilitou ao regime militar argentino. Termos como “governo fantasma”, e “anti-establishment com poderes reais” conferem-lhe um caráter quase místico de articulador global, sugerindo uma influência até maior que a do presidente dos Estados Unidos. Com esses atributos, Videla via nele o mediador ideal para conter a pressão exercida pela administração Carter em defesa dos direitos humanos, reforçando a percepção de que o ex-secretário era peça-chave na tentativa de legitimar internacionalmente a ditadura argentina.

Apesar da imagem de “intercessor estratégico” atribuída a Kissinger, sua atuação é cercada de controvérsias, em razão de seu histórico de apoio e conivência com golpes

militares na América Latina, que praticaram terrorismo de Estado. Anos mais tarde, essa cumplicidade resultou em processos e investigações em vários tribunais do mundo.

Kissinger elogiava o Processo de Reorganização Nacional e criticava a política de Carter, que pressionava os generais argentinos a conter a Guerra Suja. Sua presença na Copa do Mundo de 1978, ao lado de Videla, mostra como o regime militar instrumentalizou figuras internacionais para reforçar sua posição. Segundo Cabo (2012), a visita ao vestiário peruano – espaço não público e sem transmissão televisiva – carregava um simbolismo de pressão e intimidação, indo além de qualquer protocolo diplomático e combinando estratégia política, psicológica e de coação.

A ditadura também se apropriou da seleção nacional, atribuindo-lhe um papel político mesmo sem o alinhamento de todos os envolvidos ao regime. A trajetória do técnico César Luis Menotti, à frente da equipe argentina em 1978, ilustra a complexa interseção entre esporte e política. Segundo Magalhães (2014), Menotti chegou a auxiliar perseguidos políticos e mantinha ligações pessoais com o peronismo e o Partido Comunista Argentino. Apesar disso, conseguiu se manter distante dos conflitos durante o Mundial, defendendo a ideia de que “o futebol era só um esporte” (Archetti, 2004, p. 185). Dessa forma, o técnico não foi considerado uma ameaça pela Junta Militar, convivendo com a ditadura sem declarar apoio explícito.

Já a seleção, no plano esportivo, buscava consolidar seu prestígio mundial, especialmente em relação ao vizinho Brasil, que já possuía três títulos mundiais. Esse objetivo se entrelaçava com a ambição política da Junta Militar de conquistar a Copa, conferindo ao confronto contra o Peru um peso simbólico e estratégico relevante.

Naquele que pode ser considerado o maior absurdo de toda a história do Campeonato Mundial, a Argentina não teve o mínimo trabalho para golear o desinteressado, Peru, por 6x0, beneficiada por um adversário que facilitou tudo e apenas entrou em campo para cumprir sua missão. (...) A Argentina marcou seus gols quando bem entendeu, não por seus próprios méritos, mas sim pelo total desinteresse do adversário. (Correio Braziliense, 22/6/1978, p. 16).

Ao comentar a vitória argentina, o Correio Braziliense adota uma visão crítica da seleção peruana, atribuindo a derrota à própria equipe – descrita como “desinteressada” – e marcada por facilitação e falta de competitividade. Segundo o jornal, a vitória argentina por 6x0 não decorreu exclusivamente do desempenho da equipe, mas do desinteresse do adversário, afastando-se assim da ideia de possíveis interferências externas ou políticas.

Embora a seleção peruana já estivesse desclassificada ao entrar em campo – após perder os dois jogos anteriores da segunda fase de grupos – havia esperança de que fossem encerrar sua participação de forma digna, dificultando o desempenho dos argentinos. Afinal, mesmo não sendo favorito no começo do torneio, o Peru destacou-se por sua qualidade em partidas anteriores, vencendo Escócia e Irã por 3x1 e 4x1, respectivamente.

O jogo – muito mais uma farsa do que um jogo – foi um triste espetáculo de futebol. Não pela derrota peruana, mas pela falta de sutileza de seus jogadores ao facilitar, sem qualquer disfarce, a goleada de que os argentinos precisavam. No fim de tudo, houve festa em Rosário. Uma festa da qual, segundo os observadores neutros, os peruanos deveriam ter sido convidados de honra. (Jornal do Brasil, 22/6/1978, p. 28).

O Jornal do Brasil assume uma postura mais incisiva ao noticiar o mesmo jogo, utilizando expressões como “triste espetáculo” e “falta de sutileza ao facilitar”. O termo “farsa” carrega um juízo de valor que se aplica tanto à esfera esportiva quanto à moral, sugerindo que a manipulação não só existiu, como foi evidente e quase descarada. Ao final da notícia, ironiza a participação do Peru, retratando-o como participante de um espetáculo de manipulação.

Sugestivamente, quinze dias depois da Copa, a Junta ordenou uma doação de duas toneladas de trigo ao Peru. Algumas fontes, que defendem a teoria do suborno, indicaram que essa atitude - além de envio de dinheiro para alguns jogadores - era parte do acordo entre os regimes de ambos países como uma troca pela goleada. Sem nenhuma confirmação até hoje, o que se sabe é que a Argentina venceu por 6X0 (Gómez, 2021, p. 13).

Nesse contexto, a vitória da Argentina sobre o Peru insere-se também em uma lógica política e diplomática. A relação amistosa entre Videla e o ditador peruano Francisco Morales Bermúdez, os presentes trocados e a sugestão de acordos – no contexto do Plano Condor, das ditaduras e da Copa do Mundo – evidenciam como governos aliados poderiam influenciar direta ou indiretamente eventos esportivos. Além disso, revelam os múltiplos interesses políticos e estratégicos em jogo, reforçando suspeitas de manipulação.

Quanto aos jogadores, é difícil afirmar convivência ou manipulação, pois as declarações sobre o caso são divergentes. O goleiro Ramón Quiroga, argentino naturalizado peruano, destacou-se nesse episódio: atuando em sua cidade natal e no estádio de seu time do coração, o Rosário Central, sua escalação gerou desconforto e levantou dúvidas sobre seu comprometimento profissional durante a partida decisiva. Após a humilhante derrota, sua figura tornou-se ainda mais emblemática.

Os fanáticos que se postaram nos balcões do Aeroporto de Lima, gritavam: “vendidos, vendidos” aos jogadores, ao mesmo que lhes lançavam moedas, mas por fim até mesmo alguns passaram a aplaudir os futebolistas, especialmente Ramon Quiroga e José Velasquez. (Correio Braziliense, 24/6/1978, p. 19).

Nesse caso, observa-se que Quiroga foi poupado de críticas pela torcida, possivelmente por uma percepção de que sua atuação não contribuiu diretamente para a derrota peruana. Segundo Cabo (2012), os gols sofridos pelo Peru eram praticamente indefensáveis e decorreram da apatia dos jogadores peruanos, afastando a ideia de que Quiroga estivesse envolvido pessoalmente em qualquer manipulação. Esse destaque evidencia também um efeito da cobertura jornalística: ao personalizar a culpa nos atletas, a análise esportiva despolitiza o jogo para o público, dificultando que se percebam interferências externas ou políticas que possam ter influenciado o desfecho da partida.

Apesar do clima conturbado, a Argentina avançou à final contra os Países Baixos e conquistou a vitória por 3x1, consolidando o título como símbolo de unidade nacional. A conquista foi apropriada pelo regime militar para projetar superação e competência do país, mesmo em meio às críticas internacionais.

Da bonita festa de ontem no Estádio do River Plate (...) ficou um único sermão: o discurso do locutor oficial do estádio, depois do jogo, usando a boa organização em que se desenvolveu a Copa para tentar provar ao mundo a estabilidade política de seu país. (Jornal do Brasil, 26/6/1978, p. 1).

A conquista da seleção argentina encerrou de forma ideal o ciclo de propaganda planejado pelas Forças Armadas. O Jornal do Brasil ressalta que a “boa organização” do evento serviu para projetar a ideia de estabilidade política ao mundo. Tal interpretação expõe o caráter performático da festa: muito mais político do que esportivo.

Durante a campanha da Copa, os jogadores foram construídos como “soldados” ao dever patriótico, e a vitória argentina intensificou percepções divergentes sobre eles. Para parte da população, tornaram-se heróis nacionais, especialmente porque era o primeiro título mundial da seleção. Para outros, contudo, representavam cumplicidade com o governo, ao participarem, mesmo que indiretamente, da instrumentalização política do torneio.

Exemplos que ilustram a complexa relação entre jogadores e a ditadura incluem Juan de la Cruz Kairuz, ex-jogador, que além de técnico do Atlético Ledesma, atuava como policial na província de Jujuy. Kairuz foi acusado por testemunhas de chefiar grupos de repressão que invadiam residências locais. Por outro lado, também há casos de

esportistas vítimas do terrorismo de Estado, como o goleiro Cláudio Tamburrini, do Clube Almagro. Paralelamente à carreira esportiva, cursava Filosofia e Letras e participava de associações de esquerda. Meses antes da Copa de 1978, Tamburrini foi sequestrado, torturado e mantido em cativeiro na Mansión Seré, um centro clandestino dirigido pela Força Aérea argentina. Após meses de sofrimento, conseguiu escapar, e sua história foi posteriormente retratada no filme “Crônicas de uma fuga”.

Os técnicos também estavam envolvidos nessa dinâmica entre futebol e política. Um exemplo é Michel Hidalgo, treinador da França, que, segundo o Jornal do Brasil (25/5/1978, p. 24), chegou à Argentina com uma missão além do âmbito esportivo: “descobrir o paradeiro de 22 franceses desaparecidos ou presos na Argentina”. Essa incumbência partiu de pedidos das famílias dos desaparecidos e emocionou não apenas Hidalgo, mas também os jogadores franceses. A seriedade da situação é evidenciada pela declaração de Michel Platini, principal atleta da equipe, que prometeu: “se alguma coisa puder ser feita pelos direitos humanos e pela democracia, nós o faremos”, mostrando engajamento do grupo frente às violações cometidas pelo regime argentino.

Essas histórias evidenciam que é praticamente impossível vivenciar grandes eventos futebolísticos de forma completamente desconexa do contexto político. Logo, a suposta neutralidade propagada pela FIFA se mantém apenas no discurso, enquanto, na prática, a política se faz presente dentro e fora dos estádios. Prova disso foi a exaltação política do regime argentino durante aqueles dias de festas após a vitória no Mundial, “ninguém, nem mesmo os que entendiam que o torcer não era válido, puderam passar imunes àqueles dias de festa” (Magalhães, 2014, p. 17).

Para Videla, o triunfo representava o início de uma nova etapa do Processo de Reorganização Nacional, permitindo reforçar sua imagem de líder estável, patriota e protetor da ordem. Assim, o evento esportivo tornou-se um mecanismo de construção simbólica de prestígio, associando seu governo à alegria e ao reconhecimento internacional da Argentina.

Já se pode afirmar que o regime é, hoje, mais popular que antes da Copa, ainda que essa popularidade venha a ser efêmera e relativa. E que o regime pode considerar-se mais fortalecido, em decorrência dessa aproximação momentânea com a grande massa da população, fato novo em dois anos de Governo militar. No que diz respeito a seus dirigentes, o maior beneficiário dos dividendos políticos a serem eventualmente distribuídos será o General Videla. (Jornal do Brasil, 26/6/1978, p. 15).

O recorte do jornal destaca que a conquista da Copa gerou um momento de euforia nacional, suspendendo temporariamente tensões, críticas e denúncias sobre a violência estatal. Além disso, evidencia a percepção de que os benefícios políticos do torneio se concentrariam nos principais dirigentes, com o General Videla como maior beneficiário.

Movida por orgulho esportivo e sentimentos patrióticos, a população aproximou-se do governo, celebrando a vitória e Videla em frente à Casa Rosada, espaço tradicionalmente marcado por lutas políticas, mas que, naquele momento, foi apropriado para exaltar a causa dos protestos. O presidente, presente em todos os jogos da Argentina, ainda que não fã de futebol, foi aplaudido em todas as ocasiões, evidenciando a eficácia da instrumentalização política do evento.

Entretanto, ainda segundo a análise do periódico, essa popularidade foi “efêmera e relativa”, ou seja, não resultou em uma transformação estrutural na relação entre regime e sociedade.

Por trás do sucesso esportivo e da suposta unanimidade política que a Copa do Mundo havia gerado para a Junta Militar, o número de detidos, desaparecidos e mortos, que a ditadura zelosamente ocultava, continuava a crescer. Os estádios de futebol e a euforia das massas eram apenas uma face de um regime monstruoso, que mascarava, sob o véu da celebração, o máximo possível de sua natureza pútrida. A ditadura presumia que esse pacto com a alegria popular lhe proporcionaria um ímpeto duradouro, para além das atrocidades do terrorismo de Estado. (Róldan, 2007, p.145)

Esse sentimento momentâneo de felicidade e unidade causado pelo sucesso no futebol não foi suficiente para impedir que a ditadura, já criticada e instável internamente, continuasse se afundando politicamente. Menos de quatro anos depois, durante o governo de Leopoldo Galtieri, a ditadura novamente ceifaria vidas humanas com a Guerra das Malvinas, mais um empreendimento que buscava legitimar o regime autoritário. A derrota levou a renúncia de Galtieri, confirmando a crescente descredibilização dos governos ditatoriais na Argentina, que anos depois convocariam eleições democráticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender tanto o uso político da Copa do Mundo de 1978 pela ditadura militar argentina quanto a forma como esse processo foi representado e percebido nos jornais brasileiros, especificamente no *Correio Braziliense* e no *Jornal do Brasil*. Partiu-se do entendimento de que o futebol, enquanto fenômeno social, simbólico, cultural e de amplo alcance, pode ser mobilizado por governos autoritários de modo a contribuir na promoção de narrativas de legitimidade, unidade nacional e normalização de práticas de violência estatal.

Ao abordar a ditadura militar argentina no primeiro capítulo, percebeu-se que a Junta Militar prosseguiu com métodos e modelos dos governos anteriores, como o terrorismo de Estado – presente desde o governo de María Estela Martínez de Perón – e o uso político do esporte – já observado no governo de Juan Domingo Perón. Dessa forma, compreende-se que a histórica instrumentalização do futebol foi possível devido à sua condição de paixão nacional. No entanto, o segundo capítulo, ao explorar outras temporalidades e espacialidades, demonstra que esse fenômeno não era exclusivamente argentino, ocorrendo também em outros contextos.

Nesse sentido, a relação entre futebol e política durante o período autoritário argentino possibilitou um movimento estratégico de construção simbólica e de propaganda. Ao mobilizar sentimentos nacionalistas, o Processo de Reorganização Nacional promoveu uma ressignificação do imaginário, deslocando o esporte – tradicionalmente uma esfera popular e afetiva – para uma narrativa de ordem, disciplina e grandeza nacional, transformando-o em uma vitrine do regime militar. Como observa Dowdle (2011, p. 10, tradução nossa), “a estrutura do futebol serve como uma fuga do mundo da política, ao mesmo tempo que é um efeito dessa mesma causa”.

O terceiro capítulo investiga de que forma a imprensa brasileira noticiou e interpretou a Copa do Mundo de 1978. Para tanto, foram analisadas 20 edições do *Jornal do Brasil* e 14 edições do *Correio Braziliense*, com atenção especial às palavras utilizadas e aos sentidos implícitos e explícitos, adotando uma abordagem crítico-reflexiva. A diferença no número de edições analisadas deve-se ao fato de que o *Jornal do Brasil* publicou conteúdos sobre o Mundial quase diariamente, enquanto o *Correio Braziliense* apresentou uma cobertura mais esporádica, com dias inteiros sem qualquer menção ao torneio.

Tabela 1 –Distribuição das Edições Analisadas por Jornal e Seção

Jornal do Brasil		Correio Braziliense	
Seção	Quantidade de matérias	Seção	Quantidade de matérias
Internacional	5	Esporte	4
Esporte	4	Internacional	2
Copa do Mundo	2	Televisão	1
América Latina	1	Copa do Mundo	1
-	-	Cidade	1

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

A análise quantitativa das edições consultadas revelou que a cobertura sobre a Copa do Mundo de 1978 esteve concentrada predominantemente nas seções esportivas dos dois jornais. Em contrapartida, não houve registros significativos de abordagem do tema nas seções de Política. Esse dado é relevante, pois indica que, mesmo diante de um evento profundamente atravessado por disputas ideológicas, econômicas e geopolíticas, a imprensa privilegiou enquadrar a Copa como um fenômeno essencialmente esportivo e de entretenimento. Ao adotar esse lugar discursivo, os periódicos reforçam a postura da FIFA de que eventos de esportes não carregam dimensões políticas.

O olhar sob o Jornal do Brasil e o Correio Braziliense revelou que ambos atuaram em um campo discursivo marcado pela ambivalência na cobertura do Mundial de 1978. Mais do que assumir posições rigidamente alinhadas ao apoio ou à crítica do regime argentino, os jornais transitavam entre momentos de visibilidade da violência política e momentos de adesão ao discurso celebratório da Copa. Esta pesquisa, portanto, optou por evitar classificações maniqueístas – os periódicos como estritamente conservadores ou contestatórios – e dedicou-se a compreender as escolhas editoriais, que resultaram de tensões entre interesses institucionais, pressões políticas e tradições jornalísticas próprias.

As mesmas páginas que, em determinados momentos, davam voz a denúncias de violações dos Direitos humanos, em outras silenciavam, suavizavam ou diluíam a dimensão repressiva do contexto, ao mesmo tempo que privilegiavam, por vezes, discursos de exaltação esportiva. Em suma, os jornais seguiram tendências já presentes em suas trajetórias: não atuaram a partir de uma ideologia fixa e evidente, mas de um posicionamento fluido e negociado. Essa alternância entre aproximação e distanciamento crítico evidencia a complexidade do olhar da imprensa brasileira sobre a Copa de 1978 e sobre a Junta Militar que a organizava.

Por fim, com a realização do Mundial de 1978, a Argentina conseguiu projetar internacionalmente a ideia de um país vitorioso e moderno. A estratégia e seus resultados podem ter sido eficazes temporariamente, mas não impediram a ruína da ditadura anos mais tarde. Na memória coletiva,

Atribui-se àquela conquista uma coloração turva, a ponto de alguns dos jogadores que estiveram em campo sentirem-se envergonhados. O mesmo equivale para os torcedores, pois, embora muitos tenham saído às ruas para comemorar a conquista – entre eles havia os que aproveitaram também para protestar –, no presente é difícil encontrar quem admita que o fez. (Damo, 2012, p. 55)

Com o retorno da democracia, tornou-se urgente promover justiça em favor das pessoas cujas vozes foram silenciadas para sempre e das famílias marcadas pelo trauma e pelo terror. Em 1985, durante o governo de Raul Alfonsín, iniciou-se o julgamento das Juntas Militares argentinas, que resultou na condenação perpétua de cinco militares, incluindo Jorge Rafael Videla.

Esse julgamento representou um marco histórico ao ser o primeiro, na América Latina, a responsabilizar líderes militares por crimes contra a humanidade. Embora grande parte da região tenha sido marcada por regimes de repressão, a Argentina se destaca como o único país sul-americano que processou e condenou de forma sistemática um número expressivo de militares responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura.

Essa triste realidade suscita reflexões sobre a forma como nós, latino-americanos, temos lidado com nosso passado opressivo e autoritário. A impunidade representa um desrespeito a todos que foram brutalmente assassinados, às crianças roubadas que desconhecem sua própria história e às mães que jamais tiveram a chance de um adeus final em um enterro.

Àqueles que dedicaram suas vidas à resistência, cabe hoje o reconhecimento como parte essencial da construção da democracia e, por conseguinte, da própria possibilidade de vivermos com liberdade de expressão. Destaco que este trabalho só pôde ser escrito graças a essas pessoas, pois foi por meio de suas lutas que as ditaduras sofreram pressões e instabilidades que culminaram em seu fim. Sem essas ações, os arquivos não teriam sido abertos e não haveria fontes para a pesquisa histórica. Esse passado, embora doloroso, pesado e vergonhoso, não pode permanecer confinado ao que já passou, mas deve ser posto a luz do presente. Os mais velhos não podem esquecer, e as crianças devem conhecer, para que regimes ditatoriais jamais se repitam em nossa história.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARGENTINA – 78: Esporte contra guerrilha, futebol em campo minado. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 de set. 1976, p. 21.

ARGENTINA arrasa o Peru e vai para a final do Mundial. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 de jun. 1978, p. 16.

ARGENTINA prende jornalista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de maio 1978, p. 13.

ARGENTINA, a Copa ganha com o coração. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 de jun. 1978, p. 1.

ARGENTINA'78. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 de jun. 1978, p. 24.

ARGENTINA'78. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 de maio 1978, p. 32.

ARGENTINA'78. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 de maio 1978, p. 23.

ARGENTINA'78. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de jan. 1978, p. 23.

ARGENTINOS esperam pela festa do futebol. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 de dez. 1976, p. 16.

BOMBA detona e fere mulher de Secretário de Fazenda argentino na hora do jogo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 de jun. 1978, p. 13.

BORGES, Humberto. Boicote à Copa chega à Espanha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 de mar. 1978, p. 32.

CHABROL. Arlette. Intelectuais pressionam para que franceses não disputem Copa do Mundo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de fev. 1978, p. 16.

COPA do Mundo é alvo do terror. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 de maio 1978, p. 8.

COPA em Pauta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 de fev. 1976, p. 3.

COPA pode causar muitos problemas. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 de fev. 1978, p. 20.

DERVEL, Robert. Ilhas geram nova crise entre Londres e B. Aires. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de maio 1978, p. 8.

DINAMARCA pede à Argentina informações sobre europeus. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 de abr. 1978, p. 13.

EM CÓRDOBA, os cambistas eram 45 policiais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de maio 1978, p. 27.

EMBAIXADOR confirma na Itália campanha contra a Copa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 de abr. 1978, p. 34.

GOVERNO argentino pressiona jornalistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 de maio 1978, p. 25.

HIDALGO tenta encontrar na Argentina franceses presos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 de maio 1978, p. 24.

IMPRENSA e economista criticam Argentina por sediar o Mundial de 78. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 de abr. 1977, p. 33.

JOGADA com Kissinger do regime argentino. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 de jun. 1978, p. 13.

MACHADO, Aluizio. Copa foi para Videla o maior teste político. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 de jun. 1978, p. 15.

MACHADO, Aluizio. Mães de desaparecidos voltam à Plaza de Mayo sob críticas de passantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 de jun. 1978, p. 13.

MÁXIMO, João. Argentina'78. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 de abr. 1978, p. 59.

MONTONEROS propõem ao Governo argentino uma trégua durante a Copa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 de abr. 1978, p. 1.

NADAL, José. Dois toques. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 de out. 1976, p. 15.

NATAL, José. Não há o que temer. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 de dez. 1976, p. 7.

PASSARINHO, Jarbas G. O dilema democrático. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 de maio 1978, p. 4.

PERU condena os jogadores. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 de jun. 1978, p. 19.

RANGEL, Maria Lucia. “Na FIFA, só aceito uma reeleição”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de dez. 1977, p. 31.

ROTEIRO de viagem. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de jan. 1976, p. 32.

TRANSMISSÃO a cores da copa do mundo de 78. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 de jan. 1978, p. 4.

TREINO secreto argentino provoca três prisões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de junho 1978, p. 24.

URUGUAI tem esquema de segurança para impedir terrorismo na Argentina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 de fev. 1978, p. 27.

VIDELA e os Estados Unidos. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 de ago. 1977, p. 8.

BIBLIOGRAFIA

ALABARCES, Pablo. **Historia mínima del fútbol en América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo 30/10; México: El Colegio de México, 2023.

ARCHETTI, Eduardo P. El mundial de fútbol de 1978 en Argentina: victoria deportiva y derrota moral. **Memoria y Civilización**, [S. l.], v. 7, p. 175–194, 2004.

AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 81-97, jul./dez. 2009.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In__: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

BORRELLI, Marcelo. Voces y silencios: la prensa argentina durante la dictadura militar (1976-1983). **Perspectivas de la Comunicación**, Temuco, v. 4, n. 1, p. 24–41, 2011. Universidad de La Frontera. ISSN 0718-4867.

BRAGA, Leonardo Marmontel. **A internacionalização do terror através da Operação Condor: o exílio argentino**. In: DORFMAN, Adriana; SÁNCHEZ, Carlos Iván Pacheco; FERNÁNDEZ MORENO, Sara Yaneth (orgs.). Planos geoestratégicos, migrações e

deslocamentos forçados no continente americano. Porto Alegre: Editora Letra1; IGEO/UFRGS, 2014. p. 11–33.

BRASIL, Bruno. **Jornal do Brasil**. BNDigital, 05 mar. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2025.

CABO, A.V.G.T. P. 2016. **Imagens Nacionais: representações do campeonato mundial de 1978 em veículos da imprensa do Brasil e da Argentina**. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CABO, Álvaro Vicente do. **A imprensa e as Copas do Mundo de futebol no Mercosul**. II Seminário Interno PPGCOM – Grupo Temático: Representações e Sociabilidade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Edição Especial, vol. 6, nº 3, Rio de Janeiro, 2008.

CABO, Álvaro Vicente do. Argentina 6 x 0 Perú – “A partida mais longa da História das Copas do Mundo” por dois jornalistas memorialistas argentinos. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 3-7 set. 2012, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Intercom, 2012.

CAMARGO, Juliana Marques de Carvalho. **Invasão, repressão e violência: uma análise da cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as invasões da Universidade de Brasília durante o regime militar**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2022.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Editora da USP, 2015. p. 114-136.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHAN, Nathan. **No veas ni escuches el mal: Complacencia durante la Guerra Sucia en Argentina (1976-1983)**. 2022. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4207414>. Acesso em: 8 out. 2025.

CINEPOP. Copa do Mundo: conheça La'eeb e os outros mascotes do “Mascoteverso” das Copas. Disponível em: <https://cinepop.com.br/copa-do-mundo-conheca-laeeb-e-os-outros-mascotes-do-mascoteverso-das-copas-339490/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CUCHIVAGUE, Karen Ortiz. Las Madres de la Plaza de Mayo y su legado por la defensa de los derechos humanos. **Trabajo Social**, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, n. 14, p. 165–177, ene./dic. 2012.

DAMO, Arlei Sander. Paixão partilhada e participativa – o caso do futebol. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 57, p. 45-72, jul./dez. 2012. Editora UFPR.

DIAS, Gustavo Monteiro. **Política e futebol: a Copa do Mundo e 1978 na Argentina**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DOWDLE, Stephanie. **La Copa Mundial 1978: La manipulación de la Junta ante el mundo**. Ann Arbor: Universidade de Michigan, 2011. Disponível em: <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/85260/1/sdowdle.pdf>.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, jul./dez. 2009.

FERNANDES, Alessandro. Sportwashing e a copa de 1978: como Argentina usou a copa do mundo para esconder os crimes de sua ditadura militar. **Recorde: Revista de História do Esporte**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2023.

FERNANDES, Ananda Simões. “Esta guerra no es contra los niños”: o sequestro de crianças durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Cármen Lúcia da Silveira; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *Memoria, verdade e justiça: as marcas da ditadura do Cone Sul* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2011. p. 47– 64.

FIFA. **Logo da Copa do Mundo da Argentina (1978)**. Divulgação. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/esporte/copa-do-mundo-da-argentina-1978/noticia/copa-do-mundo-da-argentina-1978.ghhtml>. Acesso em: 08 nov. 2025.

FRAGA, Gerson Wasen. Onde os jacarés não andam pelas ruas: a imprensa e os motivos da realização da Copa do Mundo de 1950 no Brasil. **Biblos**, Rio Grande, v. 20, p. 145-156, 2006.

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de; SOUZA, Francisco Iderlan Meneses de. O coro dos descontentes: o ato de contestar e resistir na ditadura militar Argentina. **Revista Ameríndia - História, cultura e outros combates**. Fortaleza, v.4, n.2 p. 1-12, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/2015/article/view/1600/1447>>. Acesso em: 20 out. 2024.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1998. Tradução: Galeno de Freitas.

GÓMEZ, Clara Maduell. Campeonato mundial de 1978: o futebol usado a favor do governo de facto. **Recorde**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-19, 2021.

HE GLOBAL ECONOMY. **Argentina – Catholic (% of population)**. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/Argentina/catholic/>. Acesso em: 5 out. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e terra, 1990.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, vol. 32, 2014, p. 2-28.

JÚNIOR, Hilário Franco. **Da Idade Média ao Futebol: trajetórias na historiografia**. Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: Café História. Publicado em: 7 ago. 2009. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/da-idade-media-ao-futebol/>. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

LLONTO, Pablo. **La vergüenza de todos: El Dedo en la Llag Del Mundial 78**. Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.

LOPES, Adrianna Cristina Setemy. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: www.revistatopoi.org

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 2008. P. 111 – 153.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e Argentina**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 1ª edição, 2014.

MALET, María José. El peronismo y la historiografía: una disputa en torno a su interpretación. Pasado y Memoria. **Revista de Historia Contemporánea**, Alicante, n. 6, p. 213-230, 2007.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. Ditaduras em campo ou o futebol no campo das ditaduras? Reflexões sobre as Copas de 1970 no Brasil e 1978 na Argentina. 2014, São Paulo. II Simpósio Internacional de Estudos sobre futebol. **Simpósio** 2014.

MARIONO, Nilson Cezar. **Montoneros no Brasil: terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos**. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2342>. Acesso em: 11 out. 2025.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (orgs). **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: 2. Ed. Contexto, 2020.

MAZZEI, D. H. La misión militar francesa en la escuela superior de Guerra y los orígenes de la Guerra Sucia, 1957-1962. **Revista de Ciencias Sociales**, Quilmes, v. 13, p. 105–137, 2013. Disponible en: <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1164>. Acesso em: 5 out. 2025.

NASCIMENTO, Lucas de Souza do. “Entre bola e bala”: ditadura militar e a conquista da Copa de 1970. **Das Amazônias**, Rio Branco – AC, v. 5, n. 2, p. 11–21, jul./dez. 2022.

NETO, Georgino Jorge de Souza; BARCELOS, Danilo. **História social do futebol: um jogo que nunca acaba**. Caminhos da História, Montes Claros, v. 30, n. 2, p. 4-16, jul./dez. 2025. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Unimontes-MG.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 1ª edição, 2007.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d'O Correio Braziliense. **Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 106–130, 2017. DOI: 10.12957/intellectus.2017.25337. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/25337>. Acesso em: 30 out. 2025.

PADRÓS, Enrique Serra. A Igreja Católica e as Ditaduras do Cone Sul (1960-1980). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 12, n. 20, 2015. DOI:

10.18817/ot.v12i20.484. Disponível em:
https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/484.
 Acesso em: 4 out. 2025.

PANTOJA, Augusto Sarmiento. **O futebol e as ditaduras nos tempos do Condor**. FuLiA / UFMG. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 80-100, 2018.

PIOVANO, Gladis Mabel Tripceovich. Videla ou a liberdade em um ditador. **Calibán**, v. 13, n. 2, p. 204-219, 2015.

QUADRAT, Samantha. "Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, Brasil e Chile." In: AZEVEDO, C e RAMINELLI, R. **História da América**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RAMÍREZ, Hernán. A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 62–80, jan./jun. 2012.

RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. **Antíteses**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 8, n. 15, p. 132–159, nov. 2015.

REATO, Ceferino. **Disposición final: la confesión de Videla sobre los desaparecidos**. 1. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

RIBEIRO, Luiz Carlos. O futebol no campo afetivo da história. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 99–111, set./dez. 2004.

RIBEIRO, Luiz Carlos; MARCZAL, Ernesto Sobocinski. A (des)politização do futebol nas narrativas sobre a Copa na Argentina de 1978. **Revista História Unisinos**, vol. 25, n. 1, p. 122-132, 2021. Disponível em:
<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2021.251.10>. Acesso em: 01 jan. 2025.

RIBEIRO, Marcos Vinícius. **De Perón a Videla: revisão histórica e historiográfica do terrorismo de Estado na Argentina (1973-1978)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

ROBBEN, Antonius C.G.M. **Enemigos y aliados contra indiferentes e indecibles: lo siniestro en la guerra sucia argentina**. [Mimeografado]. Conferência apresentada na Universidad Nacional de Quilmes, Quilmes, Argentina, maio 2002.

ROLDÁN, Diego. La espontaneidad regulada: fútbol, autoritarismo y nación en Argentina '78. Una mirada desde los márgenes. **Prohistoria**, Rosario, año XI, n. 11, p. 125-147, 2007.

ROSA, Thiago. Itália e a Copa de 34: uma vitória com toques de fascismo. **Ludopédio**, São Paulo, v. 119, n. 24, 2019.

SERVETTO, Alicia María; PAIARO, Melisa. Violencia y represión: los discursos de María Estela Martínez de Perón (1974-1976). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 20, n. 38, p. 353-383, dez. 2013.

SERVETTO, Alicia. Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista). **Antíteses**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 439-454, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVA, Marcos Maurício Alves da. O futebol como “macro-tema” em tempos de ditadura: Brasil (1970) e Argentina (1978). 2010, São Paulo. I Simpósio Internacional de Estudos sobre futebol. **Simpósio** 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Mauá, 1999.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedós**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. ISSN 1984-5634.

THE GLOBALECONOMY.COM. Argentina: Percentagem de católicos – últimos valores. Disponível em: <https://pt.theglobaleconomy.com/Argentina/catholic/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

VISACOVSKY, Sergio. **Estados críticos: la experiencia social de la calamidad**. La Plata: Ediciones Al Margen, 2011. ISBN 978-987-618-123-5.

WERMUS, Paulo. La clase empresarial y el golpe de Estado de 1976. **Miríada**, Buenos Aires, año 8, n. 12, p. 231–242, ene./dic. 2016. Universidad del Salvador, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (IDICSO).